

# AUSTRÁLIA

---



## Relatório Agronegócio

Adidância Agrícola em Camberra

Departamento de Temas Técnicos,  
Sanitários e Fitossanitários - DTSF

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

2022

---

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Secretaria de Comércio e Relações Internacionais**

# RELATÓRIO AGRONEGÓCIO AUSTRÁLIA

*Missão do MAPA:  
Promover o desenvolvimento  
sustentável das cadeias produtivas  
agropecuárias, em benefício da  
sociedade brasileira.*

© 2022 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

**1ª edição. Ano 2022**

Elaboração, distribuição, informações:

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 344

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2731

e-mail: dtsf.scri@agro.gov.br

---

Catálogo ISBN

---

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
a) Apresentação e objetivos	5
b) Informações gerais do país	6
<b>2. AGRONEGÓCIO AUSTRALIANO</b>	<b>9</b>
a) Características gerais	9
b) Estrutura de controles oficiais	12
1. Autoridade: DEPARTMENT OF AGRICULTURE, FISHERIES AND FORESTRY (DAFF)	13
1.1. Agriculture Policy, Research & Portfolio Strategy Group	17
1.2. Agriculture Trade Group	18
1.3. Biosecurity & Compliance Group	20
1.4. Enabling Services Group	22
2. Autoridade: DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE (DFAT)	27
3. Autoridade: DEPARTMENT OF INDUSTRY, SCIENCE, AND RESOURCES	29
4. Autoridade: DEPARTMENT OF THE TREASURY	31
4. Autoridade: DEPARTMENT OF HEALTH AND AGED CARE	33
c) Base normativa	35
A) Comércio internacional e Biossegurança	35
B) Biotecnologia	40
C) Bioenergia	41
D) Indicações Geográficas	42
E) Produção e certificação orgânica	43
F) Produtos à base de plantas	43
G) Bem-estar animal	44
H) Meio Ambiente	45
I) Trabalhadores rurais	46
<b>3. ACORDOS DE COOPERAÇÃO E COMÉRCIO NA AUSTRÁLIA</b>	<b>47</b>
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>72</b>

## 1. Introdução

### a) Apresentação e objetivos

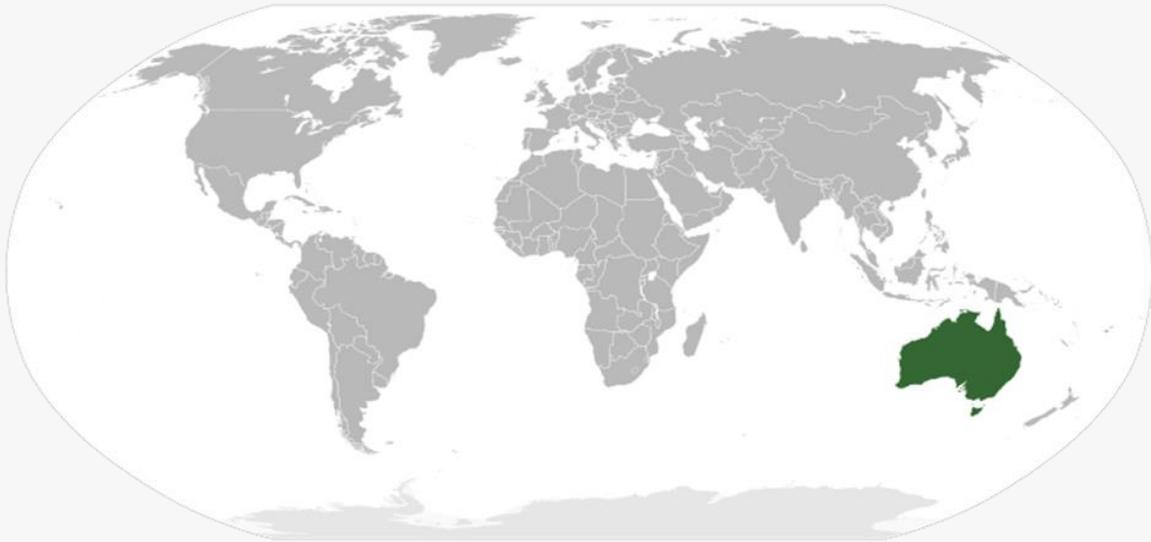
O presente relatório foi produzido pelo Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DTSF/SCRI/MAPA, em conjunto com a Adidância Agrícola em Camberra, capital da Austrália.

Através do levantamento de informações referentes ao agronegócio daquele país, o documento visa promover e melhorar o conhecimento de sua realidade, desde a estruturação de seus serviços de controle, passando pelos embasamentos legais adotados, acordos comerciais em vigor, até as informações de prospecções e negociações de relevância para o país frente às relações comerciais do agronegócio entre Brasil e Austrália.

Desta forma, por meio da atualização constante do relatório pela adidância em atividade no posto, objetiva-se ainda com o documento, a manutenção de um banco de dados permanente em relação ao país, permitindo rapidez e facilidade em consultas de informações necessárias às diversas tratativas e negociações.

QUADRO DE ATUALIZAÇÕES		
versão	data	responsável
Nº 1	Setembro/2022	Daniela de Moraes Aviani

## b) Informações gerais do país



A Austrália, oficialmente Comunidade da Austrália, é um país continente-ilha, localizado na Oceania, cercado pelos oceanos Índico e Pacífico, que compreende a ilha da Tasmânia, e numerosas ilhas adjacentes. As principais cidades, Sydney, Brisbane, Melbourne, Perth e Adelaide, são litorâneas, mas sua capital, Camberra, foi planejada e instalada a 260 km da costa. O país é conhecido pela Sydney Opera House, pela Grande Barreira de Coral, e pela sua mega diversidade, com extensões de áreas que proporcionam grande variedade de paisagens e climas, um vasto deserto interior, o “Outback”, florestas tropicais no nordeste e cadeias de montanhas no sudeste, além de espécies animais únicas, como cangurus e ornitorrincos.



Os aborígenes australianos já habitavam o continente há aproximadamente 65.000 anos, quando a exploração marítima europeia alcançou a Austrália, no início do século XVII, com a chegada dos holandeses. Em 1770, a metade oriental da Austrália foi reivindicada pela Grã-Bretanha e inicialmente colonizada em função da implantação de uma prisão em Nova Gales do Sul a partir de 26 de janeiro de 1788. A população europeia cresceu de forma constante nas décadas seguintes e, na época da corrida do ouro de 1850, a maior parte do continente foi ocupada por colonos europeus, que estabeleceram mais cinco colônias autônomas. Em 1º de janeiro de 1901, as seis colônias se converteram em uma federação, formando a Comunidade da Austrália. Desde então, a Austrália manteve um sistema político democrático liberal estável e uma rica economia de mercado.

Tecnologicamente avançada e industrializada, a Austrália é um país multicultural, próspero, com excelente desempenho em indicadores internacionais, tais como saúde, expectativa e qualidade de vida, desenvolvimento humano, educação pública, liberdade econômica, bem como na proteção de liberdades civis e em relação a direitos políticos. As cidades australianas situam-se frequentemente entre as mais bem avaliadas do mundo em termos de habitabilidade, oferta cultural e qualidade de vida. Em 2020 a Austrália ficou em oitavo lugar no índice de desenvolvimento humano do mundo (IDH).

<b>Nome oficial</b>	<b>Comunidade da Austrália</b>
<b>Área</b>	7.741.220 km <sup>2</sup>
<b>População (2020)</b>	25.687.041 habitantes
<b>Capital</b>	<b>Camberra</b>
<b>Principais cidades</b>	Sydney - 5.367.000 habitantes Melbourne - 5.159.000 habitantes Brisbane - 2.560.000 habitantes
<b>Língua oficial</b>	Inglês
<b>Governo</b>	Monarquia constitucional e democracia federal parlamentar
- <b>Monarca</b>	- Elizabeth II
- <b>Governador-Geral</b>	- David Hurley
- <b>Primeiro-Ministro</b>	- Anthony Albanese
<b>Independência</b>	do Reino Unido
- <b>Constituição</b>	- 1 de janeiro de 1901
- <b>Estatuto de Westminster</b>	- 11 de dezembro de 1931
- <b>Ato da Australia</b>	- 3 de março de 1986
<b>PIB (2020)<sup>1</sup></b>	US\$ 1.328 bilhão
<b>Composição do PIB por setores de atividade (2020)<sup>2</sup></b>	Serviços: 66,04% Indústria: 31,41% Agricultura: 1,9%
<b>PIB per capita (2020)<sup>1</sup></b>	US\$ 53.690
<b>Comércio exterior (2019)<sup>3</sup></b>	Importações (CIF): US\$ 209 bilhões Exportações (FOB): US\$ 284 bilhões

<b>Intercâmbio de bens Brasil-Austrália (2020)<sup>4</sup></b>	Importações do Brasil (FOB): US\$ 574 milhões Exportações para o Brasil (FOB): US\$ 467 milhões
<b>Recursos naturais</b>	Carvão, minério de ferro, cobre, ouro, gás natural, urânio e fontes renováveis de energia.
<b>Produtos agrícolas</b>	Cana-de-açúcar, trigo, cevada, leite, colza e carne bovina.
<b>Indústrias</b>	Mineração, equipamento industrial e de transporte, processamento alimentício, química e de aço
<b>Produtos exportados (2019)<sup>3</sup></b>	Minério de ferro (23,8%), briquet de carvão (18,1%), gás de petróleo (12%), ouro (8,95%) e óxido de alumínio (1,97%)
<b>Destino das exportações (2019)<sup>3</sup></b>	China (39,1%), Japão (14,6%), Coreia do Sul (6,66%), Índia (5,38%) e Reino Unido (3,74%)
<b>Produtos importados (2019)<sup>3</sup></b>	Petróleo refinado (8,00), carros (7,6%), petróleo cru (3,8%), equipamentos de transmissão (3%) e caminhões (2,8%)
<b>Origem das importações (2019)<sup>3</sup></b>	China (25,2%), EUA (12%), Japão (7,12%), Alemanha (4,97%) e Tailândia (4,8%)

<sup>1</sup> Banco Mundial

<sup>2</sup> Global Edge w/ World Bank data

<sup>3</sup> OEC, Observatory of Economic Complexity

<sup>4</sup> TradeMap

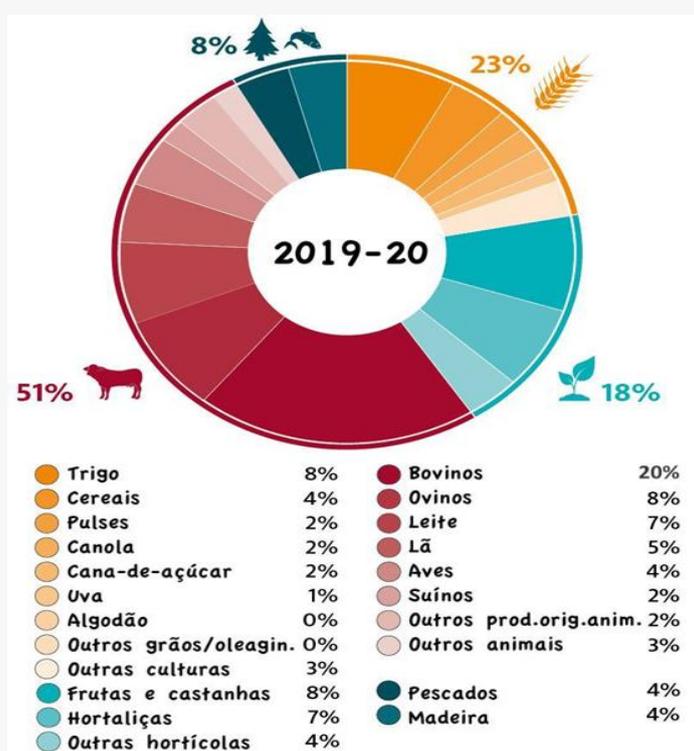
## 2. Agronegócio australiano

### a) Características gerais

A Austrália está entre as quinze maiores economias do mundo, com dois terços de suas atividades econômicas concentradas no setor de serviços e quase um terço na indústria. No entanto, historicamente, a agricultura é uma das indústrias mais significativas do país, tanto em termos de volume de produção quanto em relação ao valor das exportações. Como grande exportador agrícola a Austrália é um dos maiores concorrentes do Brasil em muitos mercados.

Aproximadamente 55% do território da Austrália é utilizado para a produção agrícola (427.000 hectares, excluindo a produção de madeira), o que gera 1,9% do produto interno bruto do país e ocupa 2,6% da força de trabalho. O valor bruto da produção agrícola, pesqueira e florestal aumentou 7% nos últimos 20 anos em termos reais, passando de US\$ 45 bilhões em 2000 para US\$ 48,4 bilhões em 2019. No setor pecuário, o aumento dos preços da proteína animal, devido ao aumento da demanda internacional, foi o principal impulsionador do valor da produção. No setor agrícola, o aumento da produtividade e da escala de produção foram os fatores que mais influenciaram no crescimento. O valor da agricultura, da pesca e da produção florestal em 2019-2020 é mostrado na Figura 1.

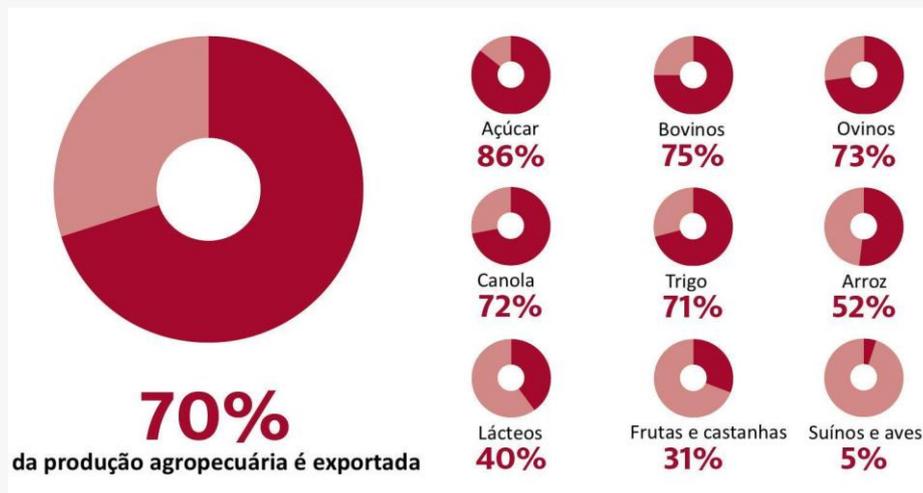
*FIGURA 1. Valor da produção da agricultura, pesca e silvicultura, por produto, 2019-20*



Fonte: ABARES (<https://bit.ly/3evLhtl>)

A Austrália gera uma diversidade e volume consideráveis de produtos primários, capazes de atender plenamente o consumo interno. Além disso, várias cadeias do agronegócio se estruturaram orientadas para o mercado externo, chegando a exportar quase 70% de sua produção agrícola (Figura 2), representando 11% de seu comércio exterior.

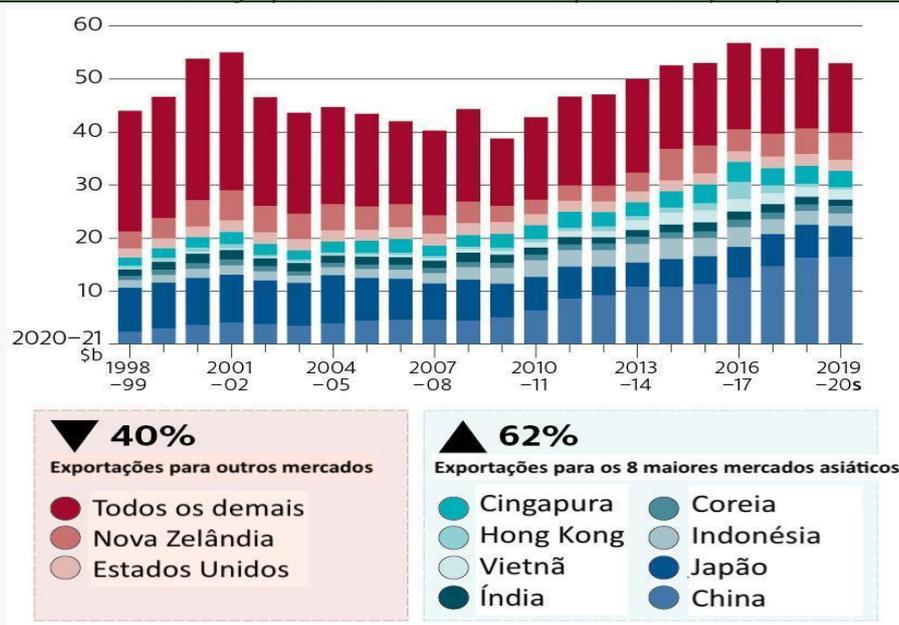
*FIGURA 2. Volume exportado pela Austrália de produtos da agropecuária*



Fonte: ABARES (<https://bit.ly/3evLhtl>)

Os maiores volumes de exportações destinam-se a países asiáticos, sendo os principais itens: carnes, trigo, lã, vinho, vegetais frescos, animais vivos, frutas e castanhas, açúcar e cevada. As exportações da Austrália para os oito principais destinos asiáticos aumentaram 62% nos últimos 20 anos (2000-2019) (Figura 3).

*FIGURA 3. Produtos agropecuários australianos exportados e principais destinos*



Fonte: ABARES (<https://bit.ly/3evLhtl>)

A maioria dos alimentos e bebidas consumidos na Austrália são produzidos localmente. Apenas 11% do valor consumido em alimentos no país é importado (<https://bit.ly/3pO6jtE>). Entende-se que isso ocorra mais por escolha dos consumidores, e não por necessidade. Essas importações desempenham um papel importante ao atender as preferências dos consumidores por gostos e produtos diferenciados. Desse modo, o país é importador líquido de um pequeno número de commodities alimentares para complementar o consumo interno e para aumentar a variedade de oferta à população, principalmente frutos do mar, produtos processados de carne suína, frutas e vegetais fora da estação. A Austrália também importa alguns insumos agropecuários, como o farelo de soja, que é misturado com grãos australianos para produzir ração de aves. Isso permite que a indústria doméstica tenha maior controle sobre os custos de produção e adquira vantagem ao aproveitar as oportunidades nos mercados nacional e internacional.

## **b) Estrutura de controles oficiais**

A Austrália é uma federação de seis estados que, juntamente com dois territórios autogovernados, têm suas próprias constituições, parlamentos, governos e leis. O governo nacional, ou central, é geralmente chamado de Governo Federal, Governo da Comunidade (Commonwealth Government) ou Governo Australiano.

O Decreto de Arranjos Administrativos ([AAO - Administrative Arrangements Order](#)) aloca formalmente a responsabilidade executiva entre os ministros e define quais assuntos e legislação são administrados por cada departamento ou pasta.

A estrutura administrativa do Governo Federal, a partir de 1º de julho de 2022, é composta pelas seguintes pastas:

- 1) Agricultura, Pesca e Florestas
- 2) Procuradoria Geral
- 3) Mudanças Climáticas, Energia, Meio-Ambiente e Água
- 4) Defesa
- 5) Educação
- 6) Emprego e Relações no Local de Trabalho
- 7) Finanças
- 8) Relações Exteriores e Comércio
- 9) Saúde e Cuidados do Idoso
- 10) Assuntos Internos
- 11) Indústria, Ciência e Recursos
- 12) Infraestrutura, Transporte, Desenvolvimento Regional, Comunicações e Artes
- 13) Primeiro-Ministro e Gabinete
- 14) Serviços Sociais
- 15) Finanças
- 16) Assuntos dos Veteranos

As autoridades contrapartes do MAPA encontram-se no âmbito do Departamento de Agricultura, Pesca e Florestas (Department of Agriculture, Fisheries, and Forestry - DAFF).

**1. AUTORIDADE: DEPARTMENT OF AGRICULTURE, FISHERIES AND FORESTRY (DAFF)**

**Equiparação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**

**Ministro da Agricultura, Pesca e Floresta:**  
Senador Murray Watt



**Secretário-Executivo da Agricultura, Pesca e Floresta:**  
Sr. Andrew Metcalfe



- Chefe de Gabinete, Sra. Amanda Kingston, 02 6272 4084,  
[amanda.kingston@awe.gov.au](mailto:amanda.kingston@awe.gov.au)

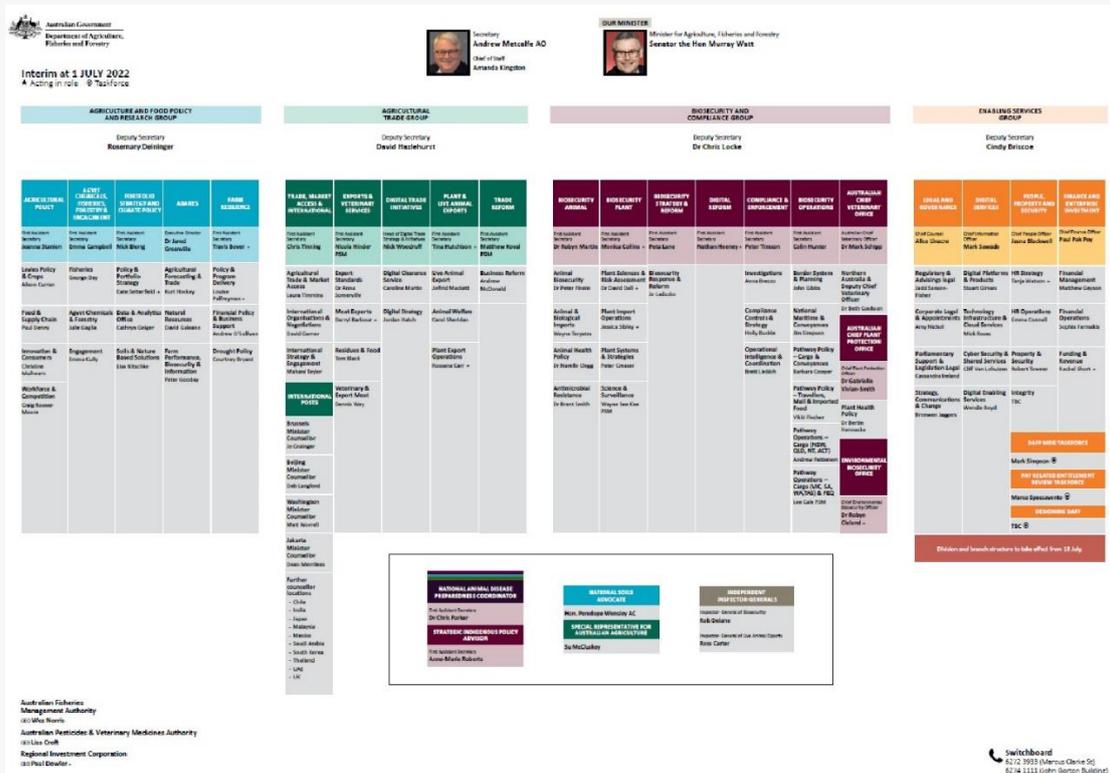
<https://www.awe.gov.au/>

São temas de competência do Departamento de Agricultura, Pesca e Florestas:

- Indústrias agrícolas, pastoris, pesqueiras, alimentícias e florestais
- Solos e outros recursos naturais
- Financiamento rural e questões de seca
- Inspeção e quarentena de indústrias rurais
- Pesquisa (e estatística) de indústrias primárias, incluindo econômica
- Marketing de produtos, incluindo promoção de exportação e agronegócio
- Organizações internacionais e atividades dedicadas a commodities
- Administração de acordos internacionais de commodities
- Administração de controles de exportação de produtos agrícolas, pesqueiros e florestais
- Política e programas de segurança alimentar

- Política da indústria de processamento de alimentos e bebidas
- Vigilância sanitária animal e vegetal

**Estrutura organizacional** - <https://www.awe.gov.au/about/who-we-are/structure>



As legislações aplicadas pelo DAFF são:

- *Agricultural and Veterinary Chemical Products (Collection of Levy) Act 1994*
- *Agricultural and Veterinary Chemical Products Levy Imposition (Customs) Act 1994*
- *Agricultural and Veterinary Chemical Products Levy Imposition (Excise) Act 1994*
- *Agricultural and Veterinary Chemical Products Levy Imposition (General) Act 1994*
- *Agricultural and Veterinary Chemicals Act 1994*
- *Agricultural and Veterinary Chemicals (Administration) Act 1992*
- *Agricultural and Veterinary Chemicals Code Act 1994*
- *Agricultural and Veterinary Chemicals Legislation Amendment Act 2013*
- *Australian Animal Health Council (Live-stock Industries) Funding Act 1996*
- *Australian Meat and Live-stock Industry Act 1997*
- *Australian Meat and Live-stock Industry (Repeals and Consequential Provisions) Act 1997*
- *Biological Control Act 1984*
- *Biosecurity Act 2015, except to the extent administered by the Minister responsible for Health*
- *Biosecurity Charges Imposition (Customs) Act 2015*
- *Biosecurity Charges Imposition (Excise) Act 2015*
- *Biosecurity Charges Imposition (General) Act 2015*
- *Biosecurity (Consequential Amendments and Transitional Provisions) Act 2015, except to the extent administered by the Minister responsible for Health*
- *Dairy Adjustment Levy Termination Act 2008*
- *Dairy Industry Adjustment Act 2000*
- *Dairy Industry Service Reform Act 2003*

- *Dairy Produce Act 1986*
- *Egg Industry Service Provision Act 2002*
- *Egg Industry Service Provision (Transitional and Consequential Provisions) Act 2002*
- *Export Charges (Imposition-Customs) Act 2015*
- *Export Charges (Imposition-Excise) Act 2015*
- *Export Charges (Imposition-General) Act 2015*
- *Export Control Act 2020*
- *Export Control (Consequential Amendments and Transitional Provisions) Act 2020*
- *Farm Household Support Act 2014*
- *Farm Household Support Amendment (Additional Drought Assistance Measures) Act 2008*
- *Farm Household Support (Consequential and Transitional Provisions) Act 2014*
- *Fisheries Administration Act 1991*
- *Fisheries Agreements (Payments) Act 1991*
- *Fisheries Legislation Amendment (New Governance Arrangements for the Australian Fisheries Management Authority and Other Matters) Act 2008*
- *Fisheries Legislation (Consequential Provisions) Act 1991*
- *Fisheries Levy Act 1984*
- *Fisheries Management Act 1991*
- *Fisheries (Validation of Plans of Management) Act 2004*
- *Fishing Levy Act 1991*
- *Foreign Fishing Licenses Levy Act 1991*
- *Forestry Marketing and Research and Development Services Act 2007*
- *Grape and Wine Legislation Amendment (Australian Grape and Wine Authority) Act 2013*
- *Horse Disease Response Levy Act 2011*
- *Horse Disease Response Levy Collection Act 2011*
- *Horticulture Marketing and Research and Development Services Act 2000*
- *Horticulture Marketing and Research and Development Services (Repeals and Consequential Provisions) Act 2000*
- *Household Stimulus Package Act (No. 2) 2009, Schedule 4, insofar as it relates to legislation administered by the Minister responsible for Agriculture*
- *Illegal Logging Prohibition Act 2012*
- *Imported Food Charges (Collection) Act 2015*
- *Imported Food Charges (Imposition-Customs) Act 2015*
- *Imported Food Charges (Imposition-Excise) Act 2015*
- *Imported Food Charges (Imposition-General) Act 2015*
- *Imported Food Control Act 1992*
- *Inspector-General of Live Animal Exports Act 2019*
- *National Cattle Disease Eradication Account Act 1991*
- *National Residue Survey Administration Act 1992*
- *National Residue Survey (Consequential Provisions) Act 1992*
- *National Residue Survey (Customs) Levy Act 1998*
- *National Residue Survey (Excise) Levy Act 1998*
- *National Residue Survey Levies Regulations (Validation and Commencement of Amendments) Act 1999*
- *Natural Resources Management (Financial Assistance) Act 1992, except to the extent administered by the Minister responsible for the Environment*
- *Pig Industry Act 2001*
- *Pig Industry (Transitional Provisions) Act 1986*
- *Plant Health Australia (Plant Industries) Funding Act 2002*
- *Primary Industries (Customs) Charges Act 1999*
- *Primary Industries (Excise) Levies Act 1999*
- *Primary Industries (Excise) Levies (GST Consequential Amendments) Act 2000*
- *Primary Industries Levies and Charges Collection Act 1991*
- *Primary Industries Research and Development Act 1989*
- *Regional Forest Agreements Act 2002*

- *Regional Investment Corporation Act 2018*
- *Rural Adjustment Act 1992*
- *Statutory Fishing Rights Charge Act 1991*
- *Sugar Research and Development Services Act 2013*
- *Torres Strait Fisheries Act 1984*
- *United Nations Food and Agriculture Organization Act 1944*
- *Wheat Export Marketing Amendment Act 2012*
- *Wine Australia Act 2013*
- *Wool International Act 1993*
- *Wool International Privatization Act 1999*
- *Wool Services Privatization Act 2000*

Dentro da estrutura do DAFF as responsabilidades estão distribuídas em quatro grandes grupos (equivalentes às Secretarias do MAPA), conforme o quadro resumo a seguir:

Agriculture policy, Research & portfolio Strategy group	Agriculture Trade group	Biosecurity & Compliance Group	Enabling Services Group
a) Agricultural Policy	a) Trade, Market Access & International	a) Biosecurity Animal	a) Legal
b) AGVET chemicals, Fisheries, Forestry, & Engagement	b) Exports & Veterinary Services	b) Biosecurity Plant	a) People
c) ABARES	c) Plant & live Animal Exports	c) Compliance & Enforcement	c) Corporate & Business Services
d) Portfolio Strategy	d) Trade Reform	e) Biosecurity Strategy & Reform	d) Finance
*Australian Fisheries Management Authority	e) Digital Trade Initiatives	f) Digital Reform	e) Digital Services
*Australian Pesticides & Veterinary Medicines Authority	f) International Posts	g) Biosecurity Operations	
		i) Australian Chief Plant Protection Office	
		j) Australian Chief Veterinary Office	
		k) Strategic Policy Advisor	
		l) National lumpy skin disease Preparedness	

### 1.1. Agriculture Policy, Research & Portfolio Strategy Group

Equiparação: Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA), Secretaria Executiva (SE/MAPA), CONAB

Deputy Secretary, Agriculture Policy, Research & Portfolio Strategy Group  
Secretária-Adjunta de Política Agrícola, Pesquisa e Assuntos estratégicos

Ms. Rosemary Deininger, 02 6272 2100, [rosemary.deininger@awe.gov.au](mailto:rosemary.deininger@awe.gov.au)



Este grupo possui as seguintes divisões (equivalentes a Departamentos do MAPA ou autarquias):

- **ABARES** - Escritório de pesquisa agrícola e recursos econômicos e científicos (Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics and Sciences) é o braço de pesquisa do Departamento da Agricultura. Tem como missão fornecer dados, pesquisas, análises e consultorias independentes para subsidiar as decisões públicas e privadas que afetam a agricultura, pesca e silvicultura.

<https://www.awe.gov.au/abares>

- Diretor-Executivo, Jared Greenville, 02 6272 5098,  
[jared.greenville@awe.gov.au](mailto:jared.greenville@awe.gov.au)

- **Agricultural Policy** - A divisão de Política Agrícola tem várias ramificações com responsabilidades específicas por setores ligados ao cultivo, ao vinho, à horticultura, lã, carne e laticínios, além da cadeia de agregação de valor. Essas subdivisões contribuem para avanços no desenvolvimento e regulamentação da indústria, gestão da cadeia de suprimentos e sistemas de qualidade, integridade do produto, inovação, trabalho, educação, segurança, sustentabilidade, comércio e acesso ao mercado. Atuam em cooperação com outras divisões do departamento, outras agências governamentais e setor privado.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agriculture-policy-research-portfolio-strategy-group/agricultural-policy>

- First Assistant Secretary, Ms. Joanna Stanion, 02 6272 5684,  
[joanna.stanion@awe.gov.au](mailto:joanna.stanion@awe.gov.au)

- **Agvet Chemicals, Fisheries, Forestry & Engagement** - A divisão é responsável pela aplicação da legislação de produtos químicos agrícolas e veterinários (<https://www.awe.gov.au/agriculture-land/farm-food-drought/ag-vet-chemicals/regulation>), incluindo o registro e a fiscalização de comércio de pesticidas e medicamentos veterinários. Possui três subdivisões: químicos, pescados e silvicultura.

<https://www.awe.gov.au/agriculture-land/farm-food-drought/ag-vet-chemicals>

- First Assistant Secretary, Ms. Emma Campbell, 02 6159 7286,  
[emma.campbell@awe.gov.au](mailto:emma.campbell@awe.gov.au)

- **Portfolio Strategy** - A Divisão de Estratégia abrange uma série de políticas, estratégias e funções de habilitação para o departamento. Isso inclui estratégia de orçamento, política e análise estratégica, análise comportamental, informações geoespaciais e política de dados.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agriculture-policy-research-portfolio-strategy-group/portfolio-strategy>

- First Assistant Secretary, Mr. Nick Blong, 02 6272 2460, 0435 093 427

## 1.2. Agriculture Trade Group

Equiparação: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI/MAPA)

Deputy Secretary, Agriculture Trade Group

Secretário-Adjunto de Comércio da Agricultura

**Mr. David Hazlehurst**, 02 6272 2079, [david.hazlehurst@agriculture.gov.au](mailto:david.hazlehurst@agriculture.gov.au)



Este grupo possui as seguintes divisões (equivalentes a Departamentos do MAPA):

- **Exports & Veterinary Services** - Divisão responsável por gerenciar os serviços de inspeção e certificação de exportação, exportação de carne e operações de animais vivos, e desenvolver estratégias para abrir, melhorar ou manter o acesso a mercados para alimentos e produtos não comestíveis de origem animal.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agricultural-trade-group/exports-veterinary-services>

- First Assistant Secretary, Mr. Tom Black, 02 6271 6682,  
[tom.black@agriculture.gov.au](mailto:tom.black@agriculture.gov.au)

- **Plant & Live Animal Exports** - A divisão lida com indústria de processamento de produtos de origem animal voltada para exportações e exportações de animais vivos, incluindo espécies comerciais de gado, animais de companhia e de assistência, cavalos e material genético.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agricultural-trade-group/plant-live-animal-exports>

- First Assistant Secretary, Ms. Tina Hutchison, 02 6272 3501  
*tina.hutchison@agriculture.gov.au*

- **Trade, Market Access & International** - Divisão responsável por melhorar o acesso ao mercado internacional para produtores da indústria primária.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agricultural-trade-group/trade-market-access-international>

- First Assistant Secretary, Mr. Chris Tinning, 02 6272 5936,  
*chris.tinning@awe.gov.au*

- **Trade Reform** - A divisão lida com desenvolvimento de exportações e rastreabilidade e desenvolvimento de negócios.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agricultural-trade-group/trade-reform>

- First Assistant Secretary, Mr. Matt Koval, 02 6272 5014,  
*matthew.koval@awe.gov.au*

- **International Posts** - Representações internacionais do DAFF.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agricultural-trade-group/international-posts>

Pequim - Ministra-Conselheira, Ms. Deb Langford, 02 6271 1176

Bruxelas - Ministra-Conselheira, Ms. Jo Grainger, 02 6272 4447

Jakarta - Ministro-Conselheiro, Mr. Dean Merrilees

Washington - Ministro-Conselheiro, Mr. Matt Worrell, 02 5156 5632

- **Digital Trade Initiatives** - Esta divisão lida com processamento de serviços digitais e estratégia de comércio digital.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/agricultural-trade-group/digital-trade-initiatives>

- First Assistant Secretary, Mr. Nick Woodruff, 02 6272 4072,  
*nick.woodruff@awe.gov.au*

### 1.3. Biosecurity & Compliance Group

Equiparação: Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA)

Deputy Secretary, Biosecurity & Compliance Group  
Secretário-Adjunto de Biossegurança e Conformidade

Mr. Andrew Tongue, 02 6272 4710, [andrew.tongue@awe.gov.au](mailto:andrew.tongue@awe.gov.au)



Este grupo é composto pelas seguintes divisões:

- **Biosecurity Animal** - A divisão de saúde animal trabalha com o setor privado australiano, governos e a sociedade para fortalecer a capacidade de prevenção, preparação e resposta a doenças animais (incluindo aquáticos) no território australiano. Realiza análises de risco para a importação de animais e seus produtos e avalia os pedidos de importação desses produtos. Também fornece suporte científico e técnico e realiza negociações para abrir, manter e melhorar o acesso à exportação de animais australianos e seu material genético.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/biosecurity-animal>

- First Assistant Secretary, Dr. Robyn Martin, 02 6272 2033, [robyn.martin@agriculture.gov.au](mailto:robyn.martin@agriculture.gov.au)

- **Biosecurity Plant** - O papel da divisão de saúde vegetal é proteger o status fitossanitário da Austrália para apoiar a produtividade agrícola, competitividade e acesso ao mercado para as exportações de plantas e produtos vegetais.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/biosecurity-plant>

- First Assistant Secretary, Dr. Chris Parker, 02 6272 5407

- **Compliance & Enforcement** - A divisão de conformidade e fiscalização gerencia riscos de biossegurança e de alimentos importados, estabelecendo e realizando avaliações de conformidade adequadas às responsabilidades do DAFF, assim como a fiscalização de sua competência.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/compliance-enforcement>

- First Assistant Secretary, Peter Timson, 02 6272 5401,  
*peter.timson@awe.gov.au*

• **Biosecurity Strategy & Reform** - A divisão de biossegurança estratégica e desenvolvimento apoia a operacionalização e o aperfeiçoamento do sistema de defesa animal e vegetal fornecendo inovação, dados, relatórios, desenvolvimento de políticas, coordenação, inteligência, modelagem de risco e consultoria estratégica.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/biosecurity-strategy-reform>

- First Assistant Secretary, Ms. Peta Lane, 02 6272 3792,  
*peta.lane@agriculture.gov.au*

• **Digital Reform** - A divisão dedica-se ao desenvolvimento de tecnologia de informática.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/digital-reform>

- First Assistant Secretary, Mr. Nathan Heeney, 02 5156 5587

• **Biosecurity Operations** - Esta divisão é responsável por integrar as ações de biossegurança em nível nacional, assim como inspecionar as exportações. As operações da divisão incluem definição de políticas e controle regulatório e abrange uma série de atividades de suporte regulatório e de capacitação, incluindo avaliação, inspeção, quarentena pós-entrada, controle de fronteiras, contato com clientes, vigilância e resposta, conhecimento científico e envolvimento da sociedade.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/biosecurity-operations>

- First Assistant Secretary, Mr. Colin Hunter, 02 6272 3437,  
*colin.hunter@awe.gov.au*

• **Australian Chief Plant Protection Office** - É a autoridade em Defesa Vegetal e o principal representante e consultor do governo australiano em todos os assuntos relacionados ao status fitossanitário da Austrália e dos sistemas de apoio relacionados.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/australian-chief-plant-protection-office>

- Officer, Dr. Gabrielle Vivian-Smith, 02 6272 4671,  
*gabrielle.vivian-smith@awe.gov.au*

- **Australian Chief Veterinary Office** - É a autoridade em Defesa Animal e o principal representante e consultor do governo australiano em todos os assuntos relacionados à manutenção e melhoria do status de saúde animal da Austrália e dos sistemas de apoio relacionados.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/biosecurity-compliance-group/australian-chief-veterinary-office>

- Officer, Dr. Mark Schipp, 02 6272 4644,  
[ocvo@awe.gov.au](mailto:ocvo@awe.gov.au)

#### **1.4. Enabling Services Group**

**Equiparação: Consultoria Jurídica (CONJUR/MAPA), Secretaria Executiva (SE/MAPA)**

Deputy Secretary, Enabling Services Group

**Secretário-Adjunto de Assessoramento Jurídico e Administrativo**

**Ms. Cindy Briscoe**, 02 6272 3270, [cindy.briscoe@awe.gov.au](mailto:cindy.briscoe@awe.gov.au)

Este grupo é composto pelas seguintes divisões:

- **Legal** - A Divisão Jurídica inclui quatro setores, que juntos prestam assessoria jurídica, gerenciam litígios, analisam contratos, auxiliam em aspectos jurídicos de licitações e gerenciam solicitações de acesso à Informação, pedidos de compensação, reclamações ao Ouvidor da Commonwealth e aconselham sobre a condução e procedimentos relacionados à legislação.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/enabling-services-group/legal>

- Chief Counsel, Ms. Alice Linacre, 02 6272 2238,  
[alice.linacre@awe.gov.au](mailto:alice.linacre@awe.gov.au)

- **People** - A Divisão de Pessoas fornece serviços, informações, suporte e consultoria relacionados a Recursos Humanos e Integridade.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/enabling-services-group/people>

- Officer, Ms. Jasna Blackwell, 02 6272 5679,  
[jasna.blackwell@agriculture.gov.au](mailto:jasna.blackwell@agriculture.gov.au)

- **Corporate & Business Services** - A Divisão de Serviços Corporativos e Empresariais fornece serviços de apoio aos ministros da pasta e seus escritórios, ao executivo e ao DAFF como todo.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/enabling-services-group/corporate-business-services>

- First Assistant Secretary, Mr. Lionel Riley, 02 6272 2220,  
*lionel.riley@awe.gov.au*

- **Digital Services** - É responsável por viabilizar as ações e atividades de tecnologia da informação e comunicação do DAFF.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/enabling-services-group/digital-services>

- Officer, Mr. Mark Sawade, 02 6272 5564,  
*mark.sawade@awe.gov.au*

- **Finance** - Esta divisão é responsável pelas operações financeiras, gestão financeira, do orçamento e da receita.

<https://www.directory.gov.au/portfolios/agriculture-water-and-environment/department-agriculture-water-and-environment/enabling-services-group/finance>

- Officer, Mr. Paul Pak Poy AS, 02 6272 5523,  
*paul.pakpoy@awe.gov.au*

## ➤ **AGÊNCIAS E OUTROS ÓRGÃOS**

### **i) Wine Australia**

A Wine Australia é um órgão estatutário subordinado ao DAFF, estabelecido em 1 de julho de 2014 sob o Wine Australia Act 2013. A Wine Australia é o órgão de pesquisa e desenvolvimento, de marketing e regulador para a indústria vinícola australiana e é financiado por meio do recolhimento de impostos e algumas atividades pagas pelo usuário, bem como financiamento governamental correspondente para pesquisa e desenvolvimento. A Wine Australia substituiu a antiga Grape and Wine Research and Development Corporation e a Wine Australia Corporation em 30 de junho de 2014. Ela era conhecida como Australian Grape and Wine Authority até 7 de novembro de 2017.

[www.wineaustralia.com](http://www.wineaustralia.com)

### **ii) Australian Pesticides and Veterinary Medicines Authority (APVMA)**

A Autoridade Australiana de Pesticidas e Medicamentos Veterinários é a agência do governo australiano responsável pela avaliação de pesticidas e medicamentos veterinários e sua regulamentação até o varejo e faz parte do DAFF. A APVMA é responsável por administrar e gerenciar o esquema nacional de registro de produtos químicos agrícolas e veterinários, em parceria com os governos estaduais e territoriais.

<http://www.apvma.gov.au/>

### **i) Cotton Research and Development Corporation (CRDC)**

A CRDC responsável pela pesquisa e desenvolvimento do algodão foi criada pelo governo australiano para atuar junto do setor privado nos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e extensão (PD&E) em prol de uma cadeia produtiva mais lucrativa, sustentável e dinâmica. O CRDC está sediado em Narrabri, no estado de New South Wales, o centro de uma das principais regiões de cultivo de algodão da Austrália e a localização da principal instalação de pesquisa de algodão, o Australian Cotton Research Institute.

<http://crdc.com.au/>

### **ii) Fisheries Research and Development Corporation (FRDC)**

A Corporação de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro é fruto de uma parceria entre o governo australiano e a indústria pesqueira. Foi criada como uma corporação estatutária em 1991, sob a Lei de Pesquisa e Desenvolvimento de Indústrias Primárias de 1989 (Lei PIRD) no âmbito do DAFF. A FRDC visa garantir, em nome do governo australiano, que a pesquisa seja realizada para auxiliar na gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas para a sustentabilidade contínua. A FRDC planeja e coordena o investimento do governo e do setor privado em pesquisa, desenvolvimento e extensão (PD&E) da pesca na Austrália, assim como facilita a disseminação, extensão e comercialização dos resultados de PD&E. A FRDC também monitora e avalia a adoção de PD&E para informar decisões futuras.

<http://frdc.com.au/>

### **i) Grains Research and Development Corporation (GRDC)**

A Corporação de Pesquisa e Desenvolvimento de Grãos é uma das principais organizações de pesquisa de grãos do mundo, responsável pelo planejamento, investimento e supervisão de pesquisa, desenvolvimento e extensão (PD&E) voltados para melhoria na produção, sustentabilidade e lucratividade em toda a indústria de grãos australiana. A GRDC é uma corporação estatutária, estabelecida em 1990 sob a Lei de Pesquisa e Desenvolvimento de Indústrias Primárias de 1989. O objetivo principal da GRDC é impulsionar a descoberta, desenvolvimento e entrega de inovações de primeira linha, para aumentar a produtividade, lucratividade e sustentabilidade dos produtores de grãos australianos e beneficiar a indústria e a sociedade em geral. O GRDC coordena e financia atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), e monitora, avalia e relata o impacto das atividades de P&D na indústria de grãos e na comunidade em geral. O GRDC também facilita a disseminação, adoção e comercialização dos resultados de P&D. É financiado principalmente por meio de um imposto pago pelos produtores e por aportes do governo.

<http://www.grdc.com.au/>

**i) Rural Industries Research and Development Corporation (RIRDC ou AgriFutures Australia)**

A Corporação de Pesquisa e Desenvolvimento de Atividades Rurais, conhecida como AgriFutures Australia, é uma autoridade estatutária estabelecida sob a Lei de Pesquisa e Desenvolvimento de Setores Primários de 1989. A RIRDC foi criada pelo governo australiano para trabalhar com atividades primárias da cadeia produtiva – sobretudo de pequeno porte e emergentes – para investir em pesquisa e desenvolvimento voltados para a melhoria da sustentabilidade, produtividade e lucratividade dos produtores.

<http://www.agrifutures.com.au/>

**i) Regional Investment Corporation (RIC)**

A Corporação Regional de Investimentos foi criada e é regida pela Lei de Corporação de Investimentos Regionais de 2018 e é uma entidade corporativa da Commonwealth dentro do DAFF. A instituição realiza empréstimos governamentais para agricultores e empresas do agronegócio. Para o exercício financeiro de 2021-22, o RIC aprovou cerca de 160 empréstimos (a juros anuais inferiores a 2%) que totalizaram mais de AU\$ 169 milhões.

<https://www.ric.gov.au/>

➤ **ÓRGÃOS CONSULTIVOS E ENTIDADES VINCULADAS**

**i) Australian Livestock Export Corporation Ltd (LiveCorp)**

A Corporação de Exportações Bovinas foi criada pelo Australian Meat and Livestock Industry Act (1997) como o órgão responsável pelo controle da comercialização de exportação de gado por pesquisas relacionadas à atividade, tendo começado a atuar em 2005. A LiveCorp foi constituída como uma empresa pública nacional, também financiada por recursos privados e sua missão é aumentar a produtividade, sustentabilidade e competitividade do setor exportador de gado da Austrália, fornecendo suporte/serviços técnicos e monitoramento e relatórios sobre programas e conjunturas.

<https://www.livecorp.com.au/>

**i) Australian Meat Processor Corporation Limited (AMPC)**

A Corporação de Indústria Processadora de Carnes se dedica a pesquisa, desenvolvimento, extensão e treinamento e realiza investimentos estratégicos em programas de marketing em prol da indústria processadora de carne vermelha da Austrália, com vistas à sustentabilidade e ganhos de eficiência.

<http://www.ampc.com.au/>

**i) Australian Pork Limited (APL)**

A organização reuniu três antigas entidades - Australian Pork Corporation; Pork Research and Development Corporation; e Pork Council of Australia. A APL é uma instituição privada com parceria do governo para conduzir pesquisas, desenvolvimento, extensão e treinamento para o setor da suinocultura. A organização visa aumentar as oportunidades para o crescimento sustentável da suinocultura australiana, fornecendo serviços integrados de marketing, inovação e políticas para toda cadeia produtiva. A APL busca oportunidades para a indústria em nível nacional e internacional. O financiamento para APL é oriundo de impostos que incidem sobre o abate de suínos, sob a Lei de Impostos das Indústrias Primárias (Excise) de 1999 com financiamentos específicos para pesquisa adicionais fornecidos pelo governo australiano.

<https://australianpork.com.au/>

**i) Horticulture Innovation Australia Limited (HIAL)**

A empresa de pesquisa e desenvolvimento em inovações e marketing para horticultura, sem fins lucrativos, pertence a produtores, mas é amparada pelo governo, por ser considerada empresa de interesse público, e sujeita à orientação ministerial em determinadas circunstâncias. A empresa possui um contrato de financiamento estatutário, sob o qual recebe impostos recolhidos sobre a atividade e fundos de contrapartida do governo australiano.

<https://www.horticulture.com.au/>

**i) Meat and Livestock Australia Limited (MLA)**

A entidade privada implementa programas de marketing e pesquisa para produtores de bovinos, ovinos e caprinos da Austrália. A MLA tem mais de 47.500 membros produtores de gado que têm participação acionária na empresa. O MLA é financiado principalmente pelos impostos recolhidos sobre a comercialização, processamento e exportação de animais. O governo australiano também contribui com um dólar para cada dólar que o MLA gasta em pesquisa e desenvolvimento. A empresa está sujeita a orientação ministerial em determinadas circunstâncias, de acordo com a seção 69 do Australian Meat and Live-Stock Industry Act 1997. A MLA não é a única beneficiária dos impostos sobre as transações; é uma das três organizações, incluindo a Animal Health Australia e a National Residue Survey, que recebe uma parte desses fundos.

<http://www.mla.com.au/Home>

**i) Sugar Research Australia Limited (SRA)**

A empresa de pesquisa em açúcar australiana investe e administra um portfólio de projetos de pesquisa, desenvolvimento e extensão que impulsionam a produtividade,

lucratividade e sustentabilidade para o setor canavieiro. É financiada por impostos pagos pelos produtores e indústrias de beneficiamento de cana-de açúcar. A SRA também recebe contrapartida financeira do governo australiano e aportes do governo de Queensland e de outros órgãos.

<https://sugarresearch.com.au/>

#### **i) SAFEMEAT**

SAFEMEAT é uma parceria entre a indústria de carne vermelha e pecuária e os governos estadual e federal da Austrália. Essa parceria garante que a carne vermelha e os produtos pecuários australianos atendam aos mais altos padrões de segurança e higiene, desde a propriedade até o consumidor. A SAFEMEAT realiza pesquisa e desenvolvimento, mantém canais de comunicação, monitora o status dos produtos da Austrália, revisa padrões e monitora questões que possam ter impactos futuros na indústria. A condução da SAFEMEAT é responsabilidade do DAFF e financiado pelo Meat and Livestock Australia Ltd.

<https://www.safemeat.com.au/>

## **2. AUTORIDADE: DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE (DFAT)**

**Equiparação: Ministério das Relações Exteriores (MRE)**

**Ministra de Relações Exteriores e Comércio:**  
Senadora Penny Wong



**Secretária-Executiva de Relações Exteriores e Comércio:**

Sra. Kathryn Campbell, 61 2 6261 2214,  
[kathryn.campbell@dfat.gov.au](mailto:kathryn.campbell@dfat.gov.au)

<https://www.dfat.gov.au/>

São temas de competência do Departamento de Relações Exteriores e Comércio:

- Assuntos Externos, incluindo:
  - relações e comunicações com governos estrangeiros e agências das Nações Unidas

- tratados, incluindo acordos comerciais
  - política comercial bilateral, regional e multilateral
  - comércio internacional e negociações de commodities
  - desenvolvimento do mercado, incluindo o acesso ao mercado
  - comércio e desenvolvimento de negócios internacionais
  - promoção de investimentos
  - cooperação internacional para o desenvolvimento
  - missões diplomáticas e consulares
  - questões de segurança internacional, incluindo desarmamento, controle de armas, não-proliferação nuclear, combate ao terrorismo e assuntos cibernéticos
  - diplomacia pública, incluindo programas de informação e culturais
- Exposições internacionais
  - Provisão para cidadãos australianos de identificação de viagem segura
  - Prestação de serviços consulares a cidadãos australianos no exterior
  - Gestão de propriedades no exterior, incluindo aquisição, propriedade e alienação de bens imóveis
  - Indústria do turismo
  - Desenvolvimento e ajuda internacional
  - Diplomacia climática internacional
  - Implementação dos compromissos internacionais de financiamento climático da Austrália

## ➤ **AGÊNCIAS COM INTERFACE COM A AGRICULTURA**

### **i) Australian Centre for International Agricultural Research (ACIAR)**

O Centro Australiano de Pesquisa Agrícola Internacional é uma autoridade estatutária que opera como parte do Programa Australiano de Apoio. O Centro incentiva os cientistas agrícolas da Austrália a usar suas habilidades em benefício dos países em desenvolvimento e da Austrália. ACIAR financia projetos de pesquisa buscando compatibilizar os pontos fortes da pesquisa australiana às prioridades de pesquisa e desenvolvimento agrícola dos países parceiros. Atualmente as atividades são dirigidas para países em desenvolvimento em cinco regiões: Papua Nova Guiné e países insulares do Pacífico; leste da Ásia; países da bacia do rio Mekong (Tailândia, Mianmar, Laos, Camboja e Vietnã) e China; Sul e Oeste da Ásia; África Subsaariana; e Oriente Médio e Norte da África. A pesquisa também é alocada entre as regiões por meio de financiamento para outros Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola (IARCs). Suas funções são: financiar pesquisas para melhorar a produção agrícola sustentável nos países em desenvolvimento; financiar treinamento relacionado às pesquisas; disseminar os resultados das pesquisas; conduzir e financiar atividades de desenvolvimento relacionadas aos programas de pesquisa; e administrar a contribuição do governo australiano para os IARCs.

<https://www.aciar.gov.au/>

**i) Australian Trade and Investment Commission (Austrade)**

A Comissão Australiana de Comércio e Investimento atua no desenvolvimento econômico da Austrália apoiando empresas, instituições de ensino, operadoras de turismo e cidadãos australianos a se estabelecer em mercados internacionais, promover o ensino internacional, captar investimento estrangeiro, fortalecer o setor de turismo da Austrália, além de fazer a ponte para serviços consulares.

<http://www.austrade.gov.au/>

**3. AUTORIDADE: DEPARTMENT OF INDUSTRY, SCIENCE, AND RESOURCES**

Equiparação: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI) / Ministério da Economia (ME)

**Secretário-Executivo da Indústria, Ciência e Recursos:**

Mr. David Fredericks PSM, (02) 6213 6650,  
[david.fredericks@industry.gov.au](mailto:david.fredericks@industry.gov.au)



<http://www.industry.gov.au/>

Voltado para o crescimento e a produtividade para indústrias globalmente competitivas, apoiando a inovação, a ciência e a comercialização, fomentando o investimento privado e melhorando a capacidade empresarial, melhorando o fluxo regulatório e construindo alta performance organizacional.

São temas de competência do Departamento de Indústria, Ciência e Recursos:

- Manufatura e comércio, incluindo indústria e desenvolvimento de mercado
- Política, desenvolvimento e difusão de tecnologia
- Desenvolvimento de política de tecnologia e coordenação do desenvolvimento da indústria de tecnologia da informação e comunicação
- Pesquisa e desenvolvimento industrial e de mercado
- Biotecnologia, excluindo a regulamentação da tecnologia de genes
- Comercialização de produtos e serviços
- Desenvolvimento empresarial
- Indústria da construção, excluindo relações de trabalho

- Gerenciamento de pontos de entrada de negócios e coordenação de serviços relacionados
- Prestação de serviços de autenticação B2G e G2G
- Facilitação do desenvolvimento de indústrias de serviços em geral
- Marcas comerciais, direitos dos obtentores vegetais e de patentes de invenções e desenhos
- Rotulagem do país de origem
- Antidumping
- Padrões de pesos e medidas
- Espaço civil
- Serviços de laboratório de análises
- Política científica
- Engajamento e conscientização científica
- Pesquisa colaborativa em ciência e tecnologia
- Coordenação de política de pesquisa científica
- Comercialização e utilização de pesquisa do setor público
- Recursos minerais e energéticos, incluindo petróleo e gás, extração e processamento upstream
- Administração de controles de exportação de diamante, urânio e tório
- Pesquisa, ciência e tecnologia de recursos minerais e energéticos
- Pesquisa em geociências e serviços de informação, incluindo geodésia, mapeamento, sensoriamento remoto, água subterrânea e coordenação de dados espaciais
- Gerenciamento de resíduos radioativos
- Engajamento científico internacional
- Política e coordenação digital em toda a economia
- Facilitação de grandes projetos

## ➤ **AGÊNCIAS COM INTERFACE COM A AGRICULTURA**

### **i) Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation (CSIRO)**

**Equiparação: Abriga as funções da Embrapa**

CSIRO é a principal organização de pesquisa da Austrália e atua em uma ampla gama de temas, inclusive agropecuária, desde 1949.

<http://www.csiro.au/>

### **i) IP Australia**

**Equiparação: Abriga as funções do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC/MAPA) e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**

A IP Australia é a entidade responsável por administrar o sistema de direitos de propriedade intelectual da Austrália, especificamente patentes, marcas registradas, designs e direitos de melhoristas de plantas.

<https://www.ipaustralia.gov.au/>

**i) Anti-Dumping Commission**

Equiparação: Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SECINT/SECEX/SDCOM/ME)

A Comissão Anti-Dumping é responsável por realizar investigações sobre denúncias de dumping e subsídios de mercadorias exportadas para a Austrália e avaliar medidas compensatórias no caso de danos materiais à indústria australiana.

<http://www.adcommission.gov.au/>

**4. AUTORIDADE: DEPARTMENT OF THE TREASURY**

Equiparação: Abriga competências do Ministério da Economia (ME) e do Ministério da Justiça (MJ)

**Ministro do Tesouro:**

The Hon. Jim Chalmers MP



**Secretário-Executivo do Tesouro:**

Dr. Steven Kennedy

<https://treasury.gov.au/>

São temas de competência do Departamento do Tesouro:

- Política econômica, fiscal e monetária
- Tributação
- Empréstimo de dinheiro no crédito público da Commonwealth
- Finanças Internacionais
- Câmbio
- Política do setor financeiro
- Moeda e moeda legal
- Investimento estrangeiro na Austrália
- Política de aposentadoria e aposentadoria
- Direito e prática empresarial
- Direito Societário, Serviços Financeiros e Valores Mobiliários
- Insolvência corporativa
- Concorrência e política do consumidor
- Vigilância de preços

- Impostos
- Censo e estatísticas
- Serviços de avaliação
- Relações financeiras estado-commonwealth
- Crédito ao consumidor
- Oferta de habitação e acessibilidade
- Política de população
- Infraestrutura e financiamento de projetos
- Política e programas para pequenas empresas

## ➤ **AGÊNCIAS E ÓRGÃOS COM INTERFACE COM A AGRICULTURA**

### **i) Australian Bureau of Statistics (ABS)**

**Equiparação: IBGE (ME)**

A agência estatística nacional oficial da Austrália foi estabelecida há mais de 100 anos como o Escritório de Censo e Estatística da Commonwealth, após a promulgação da Lei de Censo e Estatística de 1905. A agência tornou-se o Escritório de Estatísticas da Austrália em 1975 com a aprovação da Lei do Escritório de Estatísticas da Austrália de 1975. O ABS fornece estatísticas sobre uma ampla gama de questões econômicas, sociais, populacionais e ambientais, abrangendo governo, empresas e a sociedade. Também tem uma importante função de coordenação com relação às atividades estatísticas de outros órgãos oficiais, tanto na Austrália quanto no exterior.

<http://www.abs.gov.au/>

### **i) Australian Competition and Consumer Commission (ACCC)**

**Equiparação: Procon (MJ)**

A Comissão Australiana de Concorrência e Consumidores (ACCC) é uma autoridade estatutária independente da Commonwealth cujo papel é fazer cumprir a Lei de Concorrência e Consumidor de 2010 e seus regulamentos, promovendo a concorrência, comércio justo e regulando a infraestrutura nacional para o benefício da população.

<http://www.accc.gov.au/>

### **i) Foreign Investment Review Board**

**Equiparação: Subsecretaria de Investimentos Estrangeiros (CAMEX/ME)**

E um órgão não estatutário responsável por assessorar o Tesouro sobre a política de investimento estrangeiro e sua administração. Tem a responsabilidade de examinar as

propostas de investimentos estrangeiros submetidas sob a Lei de Aquisições e Aquisições Estrangeiras de 1975 e sob a Política de Investimento Estrangeiro da Austrália.

<http://www.firb.gov.au/content/default.asp>

#### **4. AUTORIDADE: DEPARTMENT OF HEALTH AND AGED CARE**

**Equiparação: Abriga competências do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**

##### **Secretário-Executivo da Saúde:**

Dr. Brendan Murphy



<https://www.health.gov.au/>

São temas de competência do Departamento de Saúde:

- Saúde pública, incluindo proteção da saúde e pesquisa médica
- Promoção da saúde e prevenção de doenças
- Atenção Primária à Saúde
- Financiamento e política de hospitais, incluindo relacionamentos e vínculos dentro do continuum de cuidados de saúde
- Implementação da Rede Nacional de Saúde e Hospitais
- Pesquisa em saúde
- Benefícios farmacêuticos
- Regimes de benefícios de saúde
- Política e financiamento de serviços auditivos
- Serviços de saúde específicos, incluindo quarentena humana
- Esporte e lazer
- Estratégia Nacional de Drogas
- Regulação de bens terapêuticos
- Notificação e avaliação de produtos químicos industriais
- Regulamento de tecnologia de genes
- Seguro de responsabilidade médica
- Seguro de saúde privado
- Política e financiamento de sangue e órgãos
- Capacidade da força de trabalho em saúde
- Política de saúde mental e atenção primária à saúde mental

- Pesquisa de envelhecimento
- Conformidade do provedor de saúde
- Serviços para idosos, incluindo seus cuidadores
- Política e promoção do envelhecimento ativo, além da política de emprego
- Biossegurança, em relação à saúde humana

## ➤ **AGÊNCIAS COM INTERFACE COM A AGRICULTURA**

### **i) Food Standards Australia New Zealand (FSANZ)**

**Equiparação: ANVISA (MS)**

A Agência de Padrões Alimentares Austrália Nova Zelândia desenvolve padrões que regulam o uso de ingredientes, auxiliares de processamento, corantes, aditivos, vitaminas e minerais. A FSANZ também é responsável por alguns requisitos de rotulagem para alimentos embalados e não embalados (por exemplo, advertências obrigatórias específicas ou rótulos de advertência).

<http://www.foodstandards.gov.au/>

### **i) Gene Technology Regulator**

**Equiparação: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio/MCTI)**

É a autoridade que administra o esquema regulatório nacional de tecnologia genética para proteger a saúde humana e o meio ambiente, avaliando e gerenciando os riscos que podem ser apresentados por organismos geneticamente modificados. O órgão licencia e monitora o trabalho com OGMs, certifica instalações de contenção física e credencia organizações. O sistema é regulado pelo Commonwealth Gene Technology Act 2000 e por legislações estaduais e territoriais correspondentes.

<http://www.ogtr.gov.au/>

### c) Base normativa

As legislações e políticas aplicáveis a agricultura, pesca e silvicultura na Austrália são definidas pelas diferentes esferas governamentais: federal, estadual e territorial e local. O governo federal regula questões nacionais e interjurisdicionais. A constituição lhe confere poderes específicos, inclusive para legislar sobre questões como tributação, comércio, direitos autorais, quarentena e planejamento de recursos pesqueiros. Mas, embora responsáveis por diferentes aspectos da legislação agrícola e alimentar, é comum haver regulamentações sobrepostas em certos temas, como, por exemplo, proteção ambiental.

Ressalta-se a preocupação do país com questões de biossegurança, refletida transversalmente nos marcos legais em vigor. O fato do setor agrícola na Austrália também ser fortemente influenciado por fatores e questões ambientais, faz com que as políticas e legislações levem em conta os impactos e riscos naturais que acometem o país regularmente.

## A) COMÉRCIO INTERNACIONAL E BIOSSEGURANÇA

A Austrália possui fortes laços comerciais com o resto do mundo, reforçada continuamente pela elevada capacidade produtiva e incessante busca de estratégias para se adaptar às mudanças na conjuntura internacional. Sua localização também permitiu que se tornasse um importante fornecedor para os mercados da região Ásia-Pacífico. Nesse sentido, o governo mantém diversas políticas que buscam desenvolver e apoiar as empresas australianas voltadas ao comércio internacional. A regulamentação também busca proteger os setores primários e indústrias domésticas, os consumidores e o meio-ambiente de riscos à biossegurança provenientes do exterior.

O Departamento de Agricultura administra a Lei de Biossegurança de 2015, a Lei de Controle de Exportação de 1982, a Lei de Controle de Alimentos Importados de 1992 e várias outras leis para proteger o status de saúde animal, vegetal e humano da Austrália e manter o acesso a mercados estrangeiros por produtos australianos.

A legislação primária relativa à biossegurança na Austrália é a [Lei de Biossegurança de 2015](#) (Biosecurity Act 2015 ) da qual derivam dois regulamentos:

- Os [Regulamentos de Biossegurança 2016](#)  (administrados pelo Departamento de Agricultura); e

- O [Regulamento de Biossegurança \(Saúde Humana\) de 2016](#)  (administrado pelo Departamento de Saúde).

Aplicam-se também aos alimentos importados as seguintes normas:

- [Lei de Controle de Alimentos Importados de 1992](#) 
- [Regulamentos de Controle de Alimentos Importados 2019](#) 
- [Ordem de Controle de Alimentos Importados 2019](#) 

Com relação ao comércio exterior, recentemente, foi estabelecida nova legislação como parte de uma iniciativa mais ampla do governo federal para fortalecer as exportações agrícolas da Austrália e o acesso aos mercados. Ademais, os novos instrumentos pretendem aumentar a eficácia dos regulamentos, dando mais clareza aos normativos e transparência às ações, removendo duplicidades e simplificado a supervisão, a aplicação e a acessibilidade aos exportadores.

A nova legislação voltada à exportação inclui dois componentes normativos:

- [Lei de Controle de Exportação 2020](#) 
- [Regras de controle de exportação 2021](#)  
*<https://www.agriculture.gov.au/biosecurity-trade/policy/legislation#export-legislation>*

## ➤ **IMPORTAÇÕES**

A Lei de Biossegurança de 2015 define que certos produtos (considerados não proibidos) podem ser trazidos ou importados para o território australiano sujeito a condições, como avaliação, aprovação e emissão de uma licença de importação. As condições para mercadorias permitidas na Austrália são regulamentadas pelo Departamento de Agricultura. O sistema de [Condições de Importação de Biossegurança - BICON](#) é um portal específico para determinar se uma mercadoria destinada à importação na Austrália: é permitida, está sujeita a condições de importação, requer documentação de apoio, requer tratamento ou precisa de uma licença de importação. As condições relativas às mercadorias podem variar dependendo do país de exportação ou origem das mercadorias. Os alimentos importados também são monitorados quanto à conformidade com o [Código de Padrões Alimentares da Austrália e Nova Zelândia - FSANZ](#).

Os importadores precisam a solicitar ao Departamento de Agricultura uma licença para importar mercadorias. O departamento avaliará o pedido e, com base nessa avaliação, poderá aprovar e emitir uma licença de importação. Esta licença detalha, para os produtos considerados, as condições necessárias para minimizar os riscos de biossegurança a um nível aceitável. O departamento cobra taxas por essas funções regulatórias, que são detalhadas nas [Diretrizes de Cobrança Departamental](#)  .

### **i) Importação de produtos biológicos**

O [Programa de Importações Biológicas](#) do Departamento de Agricultura administra as condições de biossegurança australianas para a importação de produtos biológicos. Estes incluem produtos derivados de animais ou microbianos, como alimentos, produtos terapêuticos, materiais de laboratório e vacinas.

### **ii) Importação de alimentos**

As importações de alimentos são regulamentadas com o fito de proteger o meio ambiente dos riscos de biossegurança e os consumidores dos riscos de segurança alimentar. As importações de alimentos são inspecionadas e analisadas sob [o Esquema de Inspeção de Alimentos Importados \(IFIS\)](#) para verificar se atendem aos requisitos. As legislações que estabelecem e estabelecem os requisitos de conformidade para o IFIS são a Lei de Controle de Alimentos Importados 1992, Ordem de Controle de Alimentos Importados 2019, Regulamentos de Controle de Alimentos Importados 2019, já citadas anteriormente. As [diretrizes para divulgação de informações no exterior](#) são de grande auxílio para a melhor compreensão das normas  .

Os alimentos importados precisarão atender aos padrões da Austrália estabelecidos pelo [Código de Padrões Alimentares da Austrália Nova Zelândia](#) e pela [Norma de Informações de Rotulagem de Alimentos do País de Origem](#). Os principais alimentos importados aos quais se aplicam [requisitos específicos](#) são: café, grãos e produtos de cereais, coco e produtos de coco, laticínios, frutas e legumes, produtos de cânhamo e sementes de cânhamo, ervas e especiarias, mel, leite humano, fórmula infantil, kava, carne, nozes e sementes, óleos, alimentos processados, plantas e fungos proibidos, frutos do mar, algas marinhas e suplementos esportivo.

Acordos de certificação para produtos de origem animal e vegetal com interesse de acesso ao mercado australiano por governos estrangeiros são firmados pelo Departamento de

Agricultura, a fim de garantir o controle de biossegurança. Governos estrangeiros podem solicitar a certificação junto ao governo australiano conforme [procedimentos definidos pelo Departamento de Agricultura](#).

Para certos alimentos classificados como de risco, tais como carnes e derivados, moluscos bivalves e derivados, leite e derivados, é exigido um [certificado acordado com o governo](#) do país de origem para serem importados para a Austrália.

Alguns alimentos, embora classificados como de risco, podem se beneficiar de procedimentos de ingresso facilitados se forem certificados pelo governo do país de origem sob acordo [de certificação voluntária](#). Existem acordos de certificação voluntária atuais com o Canadá e a Tailândia para determinados frutos do mar.

### iii) Importação de animais vivos e materiais reprodutivos

Nem todos os animais vivos e materiais reprodutivos podem ser importados para a Austrália, pois os riscos de pragas ou doenças associados à sua importação podem ser considerados muito grandes. O sistema de [Condições de Importação de Biossegurança \(BICON\)](#) fornece as condições de importação para os seguintes animais vivos e materiais reprodutivos permitidos:

#### ANIMAIS VIVOS E MATERIAL REPRODUTIVO COM IMPORTAÇÃO PERMITIDA

- 1 Animais em navios (navios não comerciais, navios comerciais, animais importados acidentalmente, por exemplo, pássaros clandestinos/caronas)
- 2 Sêmen canino
- 3 Gatos
- 4 Cães
- 5 Ovos férteis para incubação (aves)
- 6 Cavalos
- 7 Invertebrados
- 8 Animais de laboratório
- 9 Peixes vivos de aquário (ornamentais) – de água doce e marinhos
- 10 Gado
- 11 Outros materiais reprodutivos – Sêmen e embriões
- 12 Aves de estimação
- 13 Pombos
- 14 Coelhos
- 15 Animais de zoológico

Fonte: <https://www.awe.gov.au/biosecurity-trade/import/goods/live-animals>

#### iv) Importação de fertilizantes

Os fertilizantes são produtos não proibidos, mas a maioria requer licença prévia de importação. Os fertilizantes podem ser importados a granel em porões ou contêineres, em sacas, amostras ou na forma líquida.

Para cada modo de importação é aplicado um procedimento específico, com base em uma avaliação de risco do caminho percorrido pelo fertilizante desde o ponto de fabricação até a chegada na Austrália. O Departamento de Agricultura estabelece as condições de importação com base no potencial de contaminantes entrarem no fluxo de produção dos fertilizantes.

Mais informações:

- Fertilizante químico e mineral  
<https://www.awe.gov.au/biosecuritytrade/import/goods/fertiliser/chem-mined>
- Fertilizante orgânico  
<https://www.awe.gov.au/biosecurity-trade/import/goods/fertiliser/org>

#### v) Importação de plantas e produtos vegetais

As condições impostas pela Austrália para gerenciar os riscos associados a plantas e produtos vegetais importados para uso comercial, ou venda, e uso pessoal, estão listados no sistema de Condições de Importação de Biossegurança (BICON).

Importações vegetais incluem:

- Ração Animal - Os principais tipos de ração animal à base de plantas são feno, ração processada, ração para animais de estimação, ração para aquicultura e grãos a granel. O importador deve [solicitar uma licença de importação para qualquer alimento animal](#), independentemente da quantidade, além de fornecer informações técnicas completas.
- Grãos a granel - pelo risco que apresentam, também é exigida licença prévia específica para importação.
- Flores cortadas e folhagens - Somente flores cortadas que sejam comprovadas como livres de pragas podem entrar na Austrália. O nome científico das flores ou folhagens, comumente referido como o nome botânico (gênero e espécie), precisa ser submetido às autoridades antes do envio da mercadoria. Também é necessário realizar os tratamentos pré-exportação.

Da mesma forma, também existem [requisitos de importação específicos](#) estabelecidos para Alimentos, bebidas e suplementos, produtos frescos, plantas vivas, bioinsumos, produtos vegetais para eventos culturais e sazonais, material vegetal de pesquisa, sementes, madeira, bambu e produtos de madeira.

## B) BIOTECNOLOGIA

O Departamento de Agricultura é responsável pela gestão dos riscos representados pela liberação dos produtos de biotecnologia no meio ambiente australiano. A base da regulamentação de organismos geneticamente modificados (OGMs) é o [Gene Technology Act 2000](#) . O objetivo desta lei é proteger a saúde e a segurança das pessoas e do meio ambiente, identificando e gerenciando os riscos representados pelos OGMs.

Os OGMs são avaliados em nível nacional pelo [Office of the Gene Technology Regulator \(OGTR\)](#) - o órgão regulador que se baseia em evidências científicas e utiliza uma [base regulatória nacionalmente harmonizada](#) constituída por:

- [Lei de Tecnologia Genética de 2000](#)
- [Regulamentos de Tecnologia Genética de 2001](#) 
- legislação estadual e territorial correspondente.

O sistema de avaliação é apoiado pelo [Acordo Intergovernamental de Tecnologia de Genes de 2001](#) entre o governo australiano e cada estado e território.

O OGTR realiza avaliações de risco em OGMs, define controles de gerenciamento de risco e concede licenças para negociações de OGMs. A premissa para emissão das licenças para uso de um OGM, é que qualquer risco à saúde, à segurança e ao meio ambiente deve estar gerenciado.

A Food Standards Australia New Zealand (FSANZ) também avalia os alimentos GM, a fim de garantir que são tão seguros quanto seus equivalentes convencionais. Porém, mesmo tendo aprovado alguns alimentos GM para consumo, vários governos estaduais e territoriais impuseram moratórias (parciais ou completas) ao cultivo de culturas GM, com base no acesso ao mercado e benefícios comerciais, como preço diferenciado (prêmio) para culturas não GM.

Atualmente já foram superadas as barreiras dos principais estados australianos produtores agrícolas e as espécies GM aprovadas pelo governo federal já podem ser plantadas

comercialmente, restando proibido o cultivo no estado da Tasmânia, em Australian Capital Territory (distrito de Camberra) e Kangaroo Island.

Embora seja forte o apoio à liberação de culturas GM, a Austrália mantém monitoramento para garantir que os agricultores que não cultivam espécies GM sejam protegidos no caso de haver contaminação que ocasione prejuízos, como por exemplo, perda de certificação orgânica, biodinâmica ou de conversão, conforme previsto nos padrões de certificação orgânicos e biodinâmicos ([National Standards for Organic and Bio-Dynamic Produce](#)).

É interessante acompanhar as políticas e a estrutura regulatória da Austrália em relação à biotecnologia agrícola e derivados, dado o impacto nas exportações e nos sistemas regulatórios de outros países sobre os quais ela tem influência. Por exemplo, a norma de que alimentos com mais de um por cento de ingredientes GM devem passar por aprovação e rotulagem específicas.

As espécies aprovadas para cultivo na Austrália são: algodão, cártamo, cravo e canola. Mas o plantio experimental é permitido para várias outras espécies.

### **C) BIOENERGIA**

As ações da Austrália no segmento de bioenergia merecem ser acompanhadas de perto. O país se prepara para garantir a manutenção das relações comerciais com parceiros sujeitos a fortes mudanças em suas matrizes energéticas. Assim, caminha para a redução dos custos energéticos e as emissões de gases com efeito de estufa, associado também à pressão pública.

De acordo com a avaliação da Associação Brasileira da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), embora a Austrália não seja um mercado prioritário para álcool ou açúcar, é interessante acompanhar a evolução das políticas comerciais para o setor sucroalcooleiro, bem como dos aspectos regulatórios e tecnológicos, sobretudo que envolvem o cultivo e uso da cana-de-açúcar geneticamente modificada. Há interesse por parte do setor produtivo brasileiro em desenvolver uma parceria estratégica com a Austrália para converter o etanol em uma commodity, e promovê-lo como parte da solução para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de servir de matéria prima para a produção de hidrogênio combustível.

Vale a pena também, observar a evolução tecnológica em matéria de bioenergia da Austrália. Em um mundo que busca cada vez mais alternativas ao combustível fóssil, o uso de fontes vegetais na produção de biocombustível é crescente. A [Bioenergy Australia](#) é uma aliança nacional governo-indústria-pesquisa que reúne mais de cinquenta organizações, para

promover a biomassa como fonte de energia sustentável e para bioprodutos de valor agregado, como biocombustíveis, biomateriais e bioquímicos.

O setor emergente de biocombustíveis, vem investindo na transformação dos vastos resíduos agrícolas da Austrália em energia verde. Uma inovadora líder em biotecnologia australiana, a [Arbios Biotech](#) recentemente firmou uma parceria para transformar resíduos de cana-de-açúcar em combustível de aviação. A Bioenergy Australia apoia a iniciativa, por considerá-la promissora. Uma razão para isso é o compromisso da indústria global de aviação para redução de 50% nas emissões até 2050, com base nos níveis de 2015. Combustíveis de aviação sustentáveis desempenharão um papel importante na consecução desses objetivos.

Cientistas do [QAAFI da Universidade de Queensland](#) também estão descobrindo o potencial da cana-de-açúcar como bioplástico 100% reciclável - um substituto do petróleo na produção de inúmeros itens como cosméticos, carpetes etc.

## **D) INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS**

A Austrália tem dois sistemas para registro de Indicações Geográficas (IG). O primeiro sistema é o uso de [marca de certificação \(CTM\)](#), normatizado pela [Lei de Marcas Registradas de 1995](#) , em que qualquer mercadoria pode ser registrada como IG. A certificação do registro da marca mostra que os bens ou serviços atendem aos padrões especificados. Os padrões estão contidos em um conjunto de regras que devem ser atendidas para fazer jus ao registro. As regras podem especificar qualidade, conteúdo ou métodos de produção. Por exemplo, o [Australian Wild Abalone \(AWA\)](#) - um molusco oriundo de extrativismo sujeito a padrões específicos de coleta e processamento - é uma IG protegida pelo sistema CTM. O proprietário de um CTM não precisa usar o CTM por conta própria, mas deve controlar o uso do CTM por outros, inclusive garantindo que o CTM seja aplicado apenas a mercadorias que possuam a qualidade específica ou atendam a um padrão definido.

O segundo sistema para registro de IG é usado para vinhos e administrado pela [Wine Australia](#). O [Wine Australia Act 2013](#)  fornece a estrutura legal para o sistema de IG vinícola e reconhece o Wine Australia como autoridade responsável pelo sistema de Registro de Indicações Geográficas Protegidas e Outros Termos (os normativos foram compilados no [Wine Australia Regulations 2018](#) ). O Registro contém uma lista de indicações geográficas (IG's) e termos tradicionais de vinho que são protegidos pela lei australiana. Um exemplo de IG australiana de vinho que está registrado nos sistemas [CTM](#) e [IG](#) é Hilltops - uma região em

Cootamundra, no estado de New South Wales -, cujos vinhos legalmente habilitados a usar a IG precisam usar pelo menos 85% de uvas provenientes da região definida como Hilltops.

## **E) PRODUÇÃO E CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA**

Os produtos orgânicos destinados ao mercado australiano não precisam ser certificados para serem rotulados como 'orgânicos'. No entanto, existe um padrão voluntário para produtores e fabricantes que desejam rotular produtos como 'orgânicos' e 'biodinâmicos' para venda na Austrália (AS 6000-2015). Como é um padrão voluntário, as empresas não precisam necessariamente atender aos requisitos deste padrão para rotular e vender seus produtos como orgânicos na Austrália. As empresas também podem optar por um processo de certificação por meio terceiros para garantir a integridade e pureza do produto. As certificadoras baseiam seus padrões no [Padrão Nacional para Produtos Orgânicos e Biodinâmicos](#).

Como não existe um órgão regulador único na Austrália, existem seis [empresas de certificação que foram aprovadas pelo Departamento de Agricultura](#) e atuam principalmente com produtos para exportação:

- Australian Certified Organic (ACO)
- National Association for Sustainable Agriculture, Australia (NASAA)
- AUS-QUAL Limited (Aus-Qual)
- Bio-Dynamic Research Institute (Demeter)
- Organic Food Chain (OFC)
- Southern Cross Certified Australia Pty Ltd (SXC)

A maioria dos produtos orgânicos vendidos na Austrália carregam o logotipo BUD Orgânico Certificado Australiano. [ACO Certification Ltd](#) (anteriormente Australian Certified Organic) é a maior certificadora da Austrália para produtos orgânicos e biodinâmicos e possui mais de 2.000 operadores em seu sistema de certificação. ACO fornece serviços de certificação para operadores de todos os setores da indústria orgânica. A certificação garante o cumprimento das normas nacionais e internacionais de produção e permite o rastreamento de todos os produtos até sua origem.

## **F) PRODUTOS À BASE DE PLANTAS**

A Austrália é o terceiro mercado que mais cresce no mundo para alimentos à base de plantas. Em 2019-20, o setor de carnes à base de vegetais da Austrália gerou A\$ 185 milhões em vendas. Isso representa um aumento de 32% em relação a 2018-19. A contribuição

econômica do setor aumentou 69% de AU\$ 29,9 milhões em 2018-19 para AU\$ 50,4 milhões. Os gastos do consumidor em carnes à base de plantas na Austrália devem atingir AU\$ 3 bilhões até 2030. As marcas internacionais de alimentos derivados de plantas disponíveis na Austrália incluem Naturli (Dinamarca), Alternative Kitchen (Canadá), Beyond Meat (EUA), Fable Food Group (Malásia/Austrália), Impossible Foods (fornece a rede de hambúrgueres Grill'd na Austrália), Linda McCartney (Reino Unido) e Quorn (Reino Unido).

Os governos australianos e estaduais também estão financiando parcialmente centros de fabricação de proteínas vegetais em colaboração com Thomas Foods International, Australian Plant Proteins e Australian Milling Group. Além disso, a empresa dinamarquesa Naturli também está investindo fortemente na fabricação de instalações alternativas de carne com joint venture com o distribuidor de alimentos australiano Botany Group.

A Naturli também está produzindo carne moída à base de plantas, hambúrgueres à base de plantas, carne moída Chick'n Style e outros itens. A fábrica vegana está sediada em Nova Gales do Sul para ser vendida nos principais supermercados da Austrália.

Além disso, as instituições australianas também estão realizando pesquisas sobre proteínas vegetais. O [CSIRO](#) está trabalhando com a indústria para desenvolver alimentos produzidos localmente à base de proteínas vegetais. Eles fizeram uma parceria com a Competitive Foods e a Main Sequence Ventures para fundar uma nova empresa startup chamada v2food. O primeiro produto comercialmente disponível via v2food é um hambúrguer de proteína à base de plantas que é vendido na Austrália pelo varejista de alimentos Hungry Jacks. Um produto de carne moída v2food agora também está disponível através do serviço de entrega de kits de refeições Marley Spoon, dando aos consumidores a opção de criar suas refeições em casa.

## **G) BEM-ESTAR ANIMAL**

Desde a década de 1980, o bem-estar de animais de criação na Austrália tem sido apoiado por uma série de [Códigos Modelo de Prática para o Bem-Estar dos Animais \(MCOP\)](#). Uma revisão do MCOP em 2005 recomendou que os MCOPs fossem convertidos em Padrões e Diretrizes Australianas de Bem-Estar Animal. De acordo com a [Estratégia Australiana de Bem-Estar Animal \(AAWS\) anterior](#), a Animal Health Australia (AHA) foi designada pelo governo para viabilizar o desenvolvimento desses padrões e diretrizes de bem-estar para animais de criação.

Os [Padrões e Diretrizes Australianas de Bem-Estar Animal](#) visam harmonizar e simplificar a legislação de bem-estar animal na Austrália, garantindo que ela resulte em melhores resultados e seja prática corrente no setor. As estruturas nacionais e estaduais de bem-estar

são definidas pelos Padrões e Diretrizes Australianos de Bem-Estar Animal. Eles amparam o acesso aos mercados doméstico e internacional e reforçam o compromisso da Austrália em promover resultados significativos e eficazes de bem-estar animal.

O governo, juntamente com o setor exportador de gado estão trabalhando em cooperação com os parceiros comerciais da Austrália para sanar as questões de bem-estar pós-chegada e melhorar as práticas de transporte, manuseio e abate de gado em mercados estrangeiros (a Austrália é o maior exportador de gado do mundo). O Departamento de Agricultura e o setor exportador de animais vivos, também financiam vários projetos em conjunto, com o objetivo de melhorar a infraestrutura e treinamento voltadas à melhoria das práticas de manejo e de abate de animais.

O Governo também introduziu legislação que prevê uma regulamentação mais forte da indústria de exportação de gado. Isso inclui um requisito para cumprir as [Normas Australianas para a Exportação de Gado](#) . A Austrália é o único país que impõe a seus exportadores cumprimento de resultados específicos em termos de bem-estar animal, entendendo como uma oportunidade de influenciar as condições de bem-estar animal nos países importadores.

## **H) MEIO AMBIENTE**

O governo federal, estados e territórios possuem legislação de proteção ambiental que se aplica de maneira geral e específica ao setor agrícola. Seu foco inclui a regulação do desmatamento (incluindo a proteção do habitat), proteção da qualidade da água, gestão do solo e da água.

Os principais temas ambientais para o agronegócio incluem conservação de espécies, proteção de reservas naturais, abastecimento sustentável de água, proteção contra incêndios florestais e mudanças climáticas.

A [Lei de Proteção Ambiental e Conservação da Biodiversidade de 1999 \(a Lei EPBC\)](#)  , gerida pelo Departamento de Mudanças Climáticas, Energia, Meio-Ambiente e Água, é a peça central da legislação ambiental do governo australiano. Ela fornece a estrutura legal para proteger e gerenciar flora, fauna, comunidades ecológicas e reservas consideradas patrimônio nacional e internacionalmente importantes.

Especificamente, a Lei EPBC visa:

- conservar a biodiversidade da Austrália

- proteger a biodiversidade internacionalmente, controlando o movimento internacional da vida selvagem
- fornecer uma avaliação ambiental simplificada e
- processo de aprovações onde estão envolvidas questões de importância ambiental nacional
- proteger nosso patrimônio mundial e nacional
- promover o desenvolvimento ecologicamente sustentável.

A escalada dos desafios agrícolas, hídricos e ambientais da Austrália - como resíduos, perda de biodiversidade, seca e inundações, exigem uma abordagem multisetorial que o DCCEEW conduz em parceria com várias agências estaduais e territoriais, com o setor produtivo, indústria, academia, organizações não governamentais e sociedade engajada, tanto internamente quanto a bordo, como por exemplo:

- [National Product Stewardship partnerships](#)
- [Partnering on Commonwealth Environmental Water arrangements](#)
- [Australian National Botanic Gardens corporate partnerships](#)
- [The International Partnership for Blue Carbon](#)
- [PHAMA Plus Partnership](#)
- [Indigenous collaboration for Australia's environmental science](#)
- [Indonesia-Australia Partnership on Food Security in the Red Meat and Cattle Sector](#)
- [Asia-Pacific Rainforest Partnership](#)
- [Partnerships in Biosecurity](#)

## **I) TRABALHADORES RURAIS**

Estatísticas do último Australian Bureau of Statistics (ABS) [Labor Force Survey \(LFS\)](#) indicam que o setor de agricultura, pesca e silvicultura australiano empregou 325.000 pessoas, em média, ao longo de 4 trimestres até agosto de 2021, nos setores de pecuária e agricultura, representando o maior contingente de trabalhadores do país.

As iniciativas de mobilidade laboral da Austrália no Pacífico e leste asiático são altamente valorizadas, de forma a apoiar as empresas australianas para satisfazer a demanda por mão-de-obra e proporcionando oportunidades de emprego para cidadãos dessas regiões.

O governo australiano introduziu o [Esquema de Mobilidade de Trabalho da Austrália do Pacífico \(PALM\)](#), uma nova abordagem simplificada para as iniciativas de mobilidade de trabalho do Pacífico.

### 3. Acordos de cooperação e comércio na Austrália

A Austrália mantém Acordos de Livre Comércio (FTA's - sigla no inglês) com diversos países. Os FTA's contêm compromissos juridicamente vinculativos de cada membro para liberalizar o acesso aos seus mercados de bens e serviços, bem como de investimento. A Austrália negocia FTA's para beneficiar exportadores, importadores, produtores e investidores australianos, reduzindo e eliminando certas barreiras ao comércio e investimento internacionais.

A Austrália tem compromissos sob a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre tarifas e quotas tarifárias, subsídios à exportação e apoio doméstico para produtos agrícolas. Mercadorias importadas pela Austrália requerem classificação baseada na autoavaliação pelos importadores. As declarações devem ser feitas à Força de Fronteira Australiana, que também impõe restrições de importação. A Nomenclatura da Pauta Aduaneira Australiana e a Classificação Estatística ou 'Tarifa de Trabalho' combinadas podem ser encontradas no site do Border Force Australia.

O Departamento de Indústria, Ciência e Recursos (DICR) representa e defende a indústria e o setor de recursos, negociando e implementando FTA's. O Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT) é responsável por desenvolver, negociar e implementar a agenda de política comercial da Austrália.

Os acordos, por ordem de entrada em vigor, são:

- Austrália-Nova Zelândia (ANZCERTA ou CER) - 1 de janeiro de 1983
- Singapura-Austrália (SAFTA) - 28 de julho de 2003
- Austrália-Estados Unidos (AUSFTA) - 1 de janeiro de 2005
- Tailândia-Austrália (TAFTA) - 1 de janeiro de 2005
- Austrália-Chile (ACIFTA) - 6 de março de 2009
- ASEAN-Austrália-Nova Zelândia (AANZFTA) - 1 de janeiro de 2010 para oito países: Austrália, Nova Zelândia, Brunei, Birmânia, Malásia, Filipinas, Singapura e Vietnã. Para a Tailândia: 12 de março de 2010. Para o Laos: 1 de janeiro de 2011. Para o Camboja: 4 de janeiro de 2011. Para a Indonésia: 10 de janeiro de 2012
- Malásia-Austrália (MAFTA) - 1 de janeiro de 2013
- Coreia-Austrália (KAFTA) - 12 de dezembro de 2014
- Japão-Austrália (JAEPA) - 15 de janeiro de 2015
- China-Austrália (ChaFTA) - 20 de dezembro de 2015

- Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpácífica (CPTPP) - 30 de dezembro de 2018
- Austrália-Hong Kong (A-HKFTA) e Acordo de Investimento (IA) associado - 17 de janeiro de 2020
- Peru-Austrália (PAFTA) - 11 de fevereiro de 2020
- Acordo de Parceria Econômica Abrangente Indonésia-Austrália (IA-CEPA) - 5 de julho de 2020
- Acordo do Pacífico sobre Relações Econômicas Aproximadas (PACER) Plus - 13 de dezembro de 2020
- Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) - 1<sup>o</sup> de janeiro de 2022 para dez países: Austrália, Nova Zelândia, Brunei Darussalam, Camboja, China, Japão, Laos, Singapura, Tailândia e Vietnã. Para a República da Coreia: 1 de fevereiro de 2022.

FTA's concluídos, mas ainda não vigorando:

- Australia-India Economic Cooperation and Trade Agreement (AI-ECTA)
- Australia-United Kingdom Free Trade Agreement (A-UKFTA)
- Trans-Pacific Partnership (TPP)

Os FTA's em negociação são:

- Acordo de Livre Comércio Austrália-União Europeia
- TLC do Conselho de Cooperação Austrália-Golfo (GCC)
- Acordo de Parceria Econômica Abrangente Austrália-EAU
- Acordo de Livre Comércio da Aliança do Pacífico
- Trade in Services Agreement (TiSA)

## **ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO**

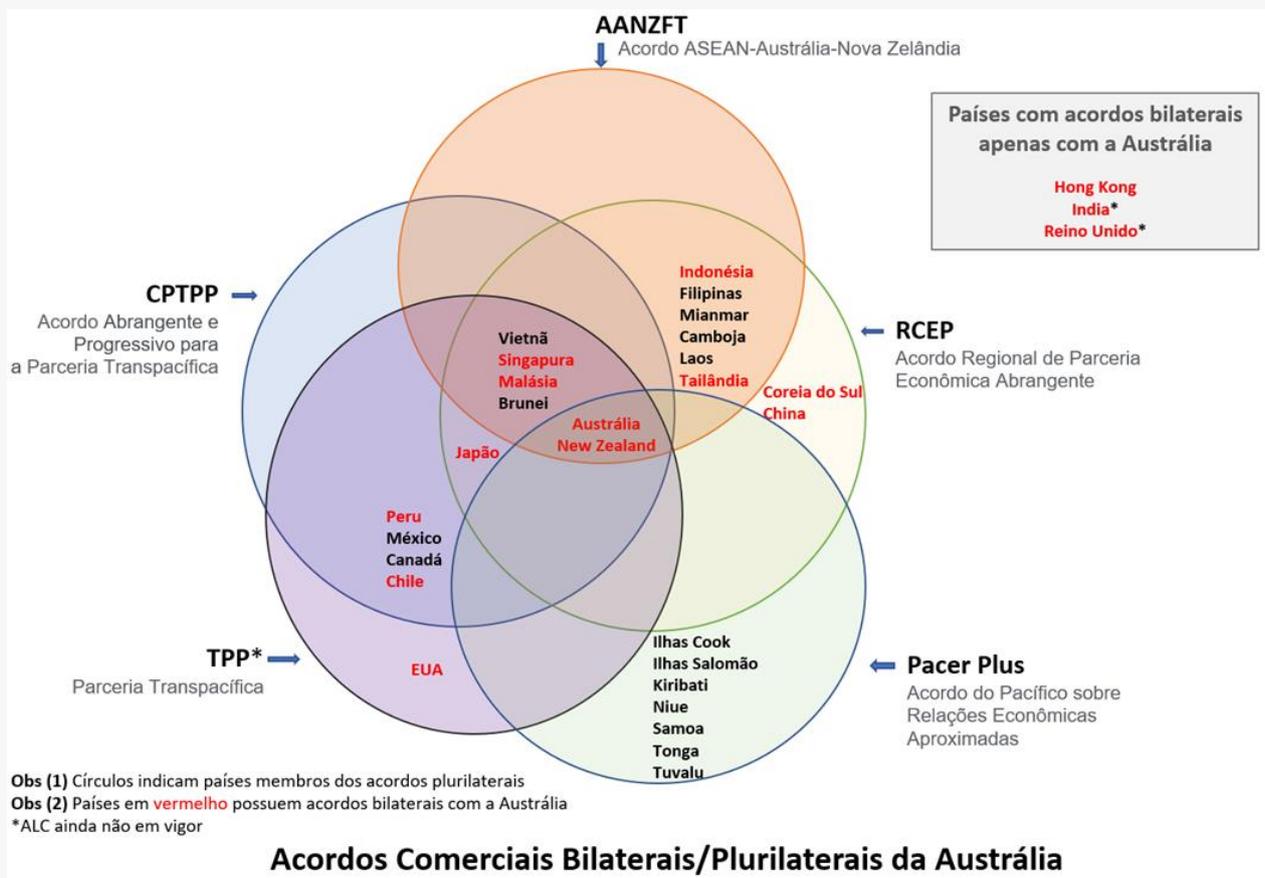
Os Acordos de Livre Comércio (ALCs) bilaterais e plurilaterais celebrados pela Austrália são alinhados às diretrizes do *Australia's 2017 Foreign Policy White Paper* (Livro Branco de Política Externa), que norteia o governo australiano em suas relações exteriores. O documento ressalta a importância dos novos acordos comerciais para diversificar as parcerias e para proteger o país do risco de que blocos comerciais discriminatórios possam prejudicar seus interesses econômicos e de segurança.

Não obstante, o objetivo primordial dos ALCs é beneficiar exportadores, importadores, produtores e investidores australianos, além de reduzir e eliminar barreiras ao comércio e investimento internacional.

Até setembro de 2022, a Austrália havia concluído 12 acordos de livre comércio bilaterais com: Nova Zelândia, Singapura, Estados Unidos, Tailândia, Chile, Malásia, Coreia, Japão, China, Hong Kong, Peru e Indonésia (ordenados por entrada em vigor).

Também ratificou quatro acordos plurilaterais, com os seguintes países:

- Acordo ASEAN-Austrália-Nova Zelândia (AANZFTA): Austrália, Nova Zelândia, Brunei, Birmânia, Malásia, Filipinas, Singapura, Vietnã, Tailândia, Laos, Camboja e Indonésia;
- Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpacífica (CPTPP): Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Peru, Nova Zelândia, Singapura e Vietnã;
- Acordo do Pacífico sobre Relações Econômicas Aproximadas (PACER) Plus: Austrália, Nova Zelândia, Austrália, Samoa, Tuvalu, Kiribati, Tonga, Ilhas Salomão, Niue e Ilhas Cook;
- Acordo Regional de Parceria Econômica Abrangente (RCEP): Austrália, Brunei Darussalam, Camboja, China, Japão, Laos, República da Coreia, Singapura, Tailândia, Vietnã e República da Coreia.



Elaboração: Adidância Agrícola da Embaixada do Brasil em Camberra

Foram assinados dois acordos bilaterais, com a Índia e o Reino Unido, e um plurilateral, a Parceria Transpácífica (TPP) - envolvendo os países da CPTPP, mais os Estados Unidos -, que em outubro de 2022 ainda aguardam a ratificação pelos respectivos governos.

Encontram-se em andamento as negociações de mais quatro acordos de livre comércio pela Austrália. Em âmbito bilateral, com a União Europeia, o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) e os Emirados Árabes Unidos, e em âmbito plurilateral, com a Aliança do Pacífico.

O Departamento de Relações Internacionais e Comércio do governo australiano (DFAT, sigla em inglês) disponibiliza informações sobre os acordos comerciais em seus diversos estágios de negociação/implementação em seu portal: <https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/trade-agreements>.

Em razão dos múltiplos acordos com os diversos grupos e países e das complexas combinações envolvendo regras e vigências, o DFAT criou um buscador específico para identificar as tarifas de exportação aplicadas a cada bem/serviço comercializado com os parceiros dos acordos em vigor: <https://ftaportal.dfat.gov.au/>.

*O Departamento de Relações Internacionais e Comércio também disponibiliza dados gerais sobre comércio exterior (<https://www.dfat.gov.au/trade/resources/trade-statistics/trade-statistics>), relativos à [balança comercial](#), [fluxo de bens e serviços](#), [séries históricas de comércio](#), [tabelas dinâmicas com estatísticas](#) e [dados mensais de comércio internacional](#).*

*As tarifas sobre importações para a Austrália são disponibilizadas no portal do Australian Border Force, inclusive a legislação aplicável: <https://www.abf.gov.au/importing-exporting-and-manufacturing/tariff-classification>. As tarifas atualizadas estão listadas em: <https://www.abf.gov.au/importing-exporting-and-manufacturing/tariff-classification/current-tariff>.*

## **A. ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO EM VIGOR**

### **1. Austrália-Nova Zelândia (ANZCERTA ou CER) - 1983**

O Acordo de Comércio Austrália-Nova Zelândia para Relações Econômicas Aproximadas (CER) foi assinado em Canberra em 28 de março de 1983. ANZCERTA estabelece as bases para uma relação econômica e comercial mais ampla com a Nova Zelândia.

O acordo de livre comércio abrange questões sobre comércio e circulação de pessoas, investimento, aviação, direito empresarial, reconhecimento mútuo de bens e profissões, cobrança de impostos, assistência médica, previdência social, portabilidade de aposentadorias, normas alimentares e compras governamentais.

Valor das exportações da Austrália para a Nova Zelândia (2021)	US\$ 8,5 bilhões
Valor das importações da Austrália da Nova Zelândia (2021)	US\$ 5 bilhões
Valor das exportações do Brasil para a Nova Zelândia (2021)	US\$ 83,4 milhões

Fonte: Trademap.org

### **Principais interesses e benefícios**

- É proibida qualquer tarifa e restrição quantitativa de importação, ou exportação, no comércio de mercadorias;
- Traz medidas para minimizar as distorções do mercado no comércio de bens, incluindo apoio à indústria doméstica e subsídios e incentivos à exportação;
- Harmonização dos padrões alimentares Trans-Tasman através do Acordo da Autoridade Alimentar da Austrália e Nova Zelândia (ANZFA);
- Reconhecimento mútuo de bens e de profissões e remoção de barreiras técnicas ao comércio e de impedimentos ao movimento de pessoal qualificado.

Texto e documentos:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/anzcerta/Pages/australia-new-zealand-closer-economic-relations-trade-agreement#documents>

## **2. Singapura-Austrália (SAFTA) - 2003**

O Acordo de Livre Comércio Singapura-Austrália, ou SAFTA, foi assinado em Singapura, em 17 de fevereiro de 2003, e entrou em vigor em 28 de julho de 2003, após uma troca de comunicações diplomáticas.

O SAFTA oferece maiores oportunidades nos setores de bens e serviços para uma ampla gama de exportadores australianos e fortalece os vínculos comerciais e de investimento entre a Austrália e Singapura.

O SAFTA abrange questões de várias áreas, incluindo regulamentação de telecomunicações, política de concorrência, compras governamentais, padrões técnicos,

propriedade intelectual, comércio eletrônico, procedimentos alfandegários e viagens de negócios.

Valor das exportações da Austrália para Singapura (2021)	US\$ 8,8 bilhões
Valor das importações da Austrália de Singapura (2021)	US\$ 9,3 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para Singapura (2021)	US\$ 5,8 bilhões

Fonte: Trademap.org

### **Principais interesses e benefícios**

- Eliminação de todas as tarifas a partir da entrada em vigor;
- Restrições sobre o número de licenças bancárias de atacado a serem flexibilizadas ao longo do tempo e um ambiente operacional mais certo e aprimorado para fornecedores de serviços financeiros;
- As condições para o estabelecimento de joint ventures de escritórios de advocacia australianos foram facilitadas;
- o número de universidades de direito australianas reconhecidas em Singapura dobrou de quatro para oito;
- Remoção/facilitação dos requisitos de residência para trabalhadores australianos e visto de curto prazo para empresários australianos estendido de um mês para três meses;
- Facilitação do comércio sem papel com o objetivo de reduzir os custos de transação comercial.

Texto, capítulos e documentos do FTA Singapura-Austrália (SAFTA):

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/safta/Pages/background-of-the-singapore-australia-free-trade-agreement>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/safta/singapore-australia-fta>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/safta/Pages/singapore-australia-free-trade-agreement>

### **3. Austrália-Estados Unidos (AUSFTA) - 2005**

O Acordo de Livre Comércio Austrália-Estados Unidos (AUSFTA) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2005.

O Acordo refletiu interesses australianos em áreas como saúde, em particular, o sistema de benefícios farmacêuticos, triagem de investimentos estrangeiros, o setor audiovisual e regimes de quarentena e segurança alimentar.

Os Estados Unidos são o maior e mais significativo investidor na Austrália, com investimentos na ordem de US\$ 929 bilhões em 2020. Os Estados Unidos também são, de longe, o principal destino de investimento estrangeiro da Austrália, tendo atingido US\$ 864 bilhões em 2020. Os investimentos bilaterais quase triplicaram desde a entrada em vigor do Acordo.

Valor das exportações da Austrália para os Estados Unidos (2021)	US\$ 12,1 bilhões
Valor das importações da Austrália dos Estados Unidos (2021)	US\$ 25,5 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para os Estados Unidos (2021)	US\$ 31,3 bilhões

*Fonte: Trademap.org*

Após a entrada em vigor da AUSFTA, mais de 97% das exportações não agrícolas da Austrália para os Estados Unidos (excluindo têxteis e vestuário) tornaram-se isentas de impostos e dois terços das tarifas agrícolas foram para zero. 96,1% de todas as exportações australianas estão agora isentas de tarifas.

#### **Principais resultados e benefícios na agricultura**

- Dois terços de todas as tarifas agrícolas - inclusive em commodities importantes como cordeiro, carne ovina e produtos hortícolas - foram eliminadas imediatamente. Outros 9% das tarifas foram reduzidas a zero em 2008.
- O AUSFTA oferece maior acesso ao mercado dos EUA para duas das principais indústrias de exportação agrícola da Austrália, carne bovina e laticínios.
- Os regimes de quarentena e segurança alimentar da Austrália, que garantem a proteção da saúde e do meio ambiente, não são afetados pelo Acordo.

Texto, capítulos e tabela tarifária:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/ausfta/official-documents/Pages/official-documents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/ausfta/fact-sheets/Pages/understanding-the-agreement>

#### **4. Tailândia-Austrália (TAFTA) - 2005**

O Acordo de Livre Comércio Tailândia-Austrália (TAFTA) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2005 e foi o terceiro acordo de livre comércio da Austrália. Foi o primeiro acordo de livre comércio verdadeiramente abrangente da Tailândia e o primeiro negociado com um país desenvolvido. O comércio bilateral total entre a Austrália e a Tailândia mais que dobrou desde que o TAFTA entrou em vigor.

O TAFTA eliminou a maioria das tarifas tailandesas sobre mercadorias importadas da Austrália. Abriu uma série de oportunidades de exportação para a segunda maior economia do Sudeste Asiático e também melhorou o ambiente para o comércio e investimento de serviços bilaterais.

Valor das exportações da Austrália para a Tailândia (2021)	US\$ 4,3 bilhões
Valor das importações da Austrália da Tailândia (2021)	US\$ 11 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para a Tailândia (2021)	US\$ 2,7 bilhões

Fonte: Trademap.org

#### **Principais resultados e benefícios**

- Após a entrada em vigor do TAFTA em 1º de janeiro de 2005, a Tailândia eliminou suas tarifas sobre cerca de 2.934 itens tarifários, cerca de 53% de todos os produtos, representando 78% das importações tailandesas atuais da Austrália. Destes, apenas 206 itens eram anteriormente isentos de impostos.
- Outros 41% das tarifas tailandesas foram reduzidas a zero em 2010.
- Todas as tarifas restantes, incluindo cotas tarifárias, forem zeradas entre 2015 e 2020, exceto leite em pó desnatado, leite líquido e creme, para os quais as cotas tarifárias serão eliminadas em 2025.
- Para produtos agrícolas sujeitos a cotas tarifárias anteriores a 1º de janeiro de 2005, a Tailândia ou já eliminou as restrições tarifárias e de cotas, ou ainda expandirá o acesso para a Austrália durante um período de transição, que varia de acordo com o produto, antes que a cota tarifária seja definitivamente eliminada.

Texto do Acordo Tailândia-Austrália (TAFTA), capítulos e tabela tarifária:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/tafta/fta-text-and-implementation/download>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/tafta/fta-information-and-factsheets>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/tafta/fta-text-and-implementation/annexes-and-side-letters>

## 5. Austrália-Chile (ACI-FTA) - 2009

O Acordo de Livre Comércio Austrália-Chile entrou em vigor em 6 de março de 2009. Foi o quinto ALC da Austrália e o primeiro com um país latino-americano.

Este acordo eliminou imediatamente as tarifas do Chile em quase 92% das linhas tarifárias, que cobrem 97% dos bens atualmente comercializados, incluindo exportações australianas de carvão, carne, vinho e produtos lácteos.

Valor das exportações da Austrália para o Chile (2021)	US\$ 375 milhões
Valor das importações da Austrália do Chile (2021)	US\$ 471 milhões
Valor das Exportações do Brasil para o Chile (2021)	US\$ 7 bilhões

Fonte: Trademap.org

### Principais interesses e benefícios

- Eliminação de quase 92% das linhas tarifárias, que cobrem 97% do comércio de mercadorias após a entrada em vigor;
- Eliminação de tarifas sobre todo o comércio de mercadorias existente a partir de 1 de janeiro de 2015;
- Tratamento nacional chileno visando bens, serviços e fornecedores australianos no mercado do país para aquisições acima dos limites de valor acordados;
- Delimita os serviços liberais e os regimes de investimento de ambos os lados;
- Delimita proteção à propriedade intelectual, em ambos os lados, para patentes, marcas registradas, indicações geográficas e direitos autorais;
- As tarifas sobre todo o comércio de mercadorias existentes foram eliminadas a partir de 2015, exceto o açúcar, que mantém uma tarifa específica para exportações australianas devido ao sistema de bandas de preços do Chile.

Texto do Contrato Austrália-Chile (ACIFTA), capítulos e Cronograma de Tarifas:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/acfta/fta-text-implementation/table-of-contents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/acfta/fta-text-implementation/Pages/chapter-3-national-treatment-and-market-access-for-goods#3a>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/acfta/news/Pages/acfta-news>

## **6. ASEAN-Austrália-Nova Zelândia (AANZFTA) - 2010**

O Acordo que estabelece a Área de Livre Comércio ASEAN-Austrália-Nova Zelândia (AANZFTA) é um acordo entre os Estados Membros da ASEAN (Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã), Austrália e Nova Zelândia.

O AANZFTA é o acordo mais abrangente que a ASEAN já realizou. Ele abriu e criou oportunidades para aproximadamente 663 milhões de pessoas da ASEAN, Austrália e Nova Zelândia - uma região com um produto interno bruto combinado de aproximadamente US\$ 4 trilhões em 2016.

O AANZFTA foi assinado por Ministros de todos os 12 países participantes em 27 de fevereiro de 2009, em Hua Hin, Tailândia e entrou em vigor na Austrália em janeiro de 2010.

### **Principais resultados e benefícios**

- As tarifas foram sendo progressivamente reduzidas a partir da entrada em vigor do Acordo e eliminadas em pelo menos 90% de todas as linhas tarifárias dentro de prazos especificados;
- A circulação de mercadorias foi facilitada através de regras de origem mais modernas e flexíveis, procedimentos aduaneiros simplificados e mecanismos mais transparentes;
- As barreiras ao comércio de serviços estão sendo progressivamente diminuídas, permitindo maior acesso ao mercado para fornecedores de serviços na região;
- Facilidade para a circulação de empresários e de pessoas que exercem atividades comerciais e de investimento; e
- Os investimentos abrangidos recebem uma série de proteções, incluindo a possibilidade de lidar com disputas por meio de um mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado.

### **Benefícios da AANZFTA para a Agricultura**

A ASEAN é um mercado importante para o comércio de carne e animais da Austrália, particularmente no que diz respeito a bovinos vivos (quase 70% das exportações australianas, sendo a Indonésia o principal destino) e carne de porco (quase 60% das exportações australianas, com a maioria exportada para Singapura). O atual mercado para bovinos vivos será garantido no futuro por meio da redução e da eliminação de tarifas, o que proporcionará maior segurança ao comércio no futuro.

Texto completo, capítulos e compromissos tarifários:

[https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/fact\\_sheets.pdf](https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/fact_sheets.pdf)

<https://aanzfta.asean.org/aanzfta-overview>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/aanzfta/official-documents/Pages/official-documents>

## **7. Malásia-Austrália (MAFTA) - 2013**

O Acordo de Livre Comércio Malásia-Austrália (MAFTA) foi assinado em Kuala Lumpur, em 22 de maio de 2012 e entrou em vigor em 1 de janeiro de 2013.

O Acordo de Livre Comércio Malásia-Austrália beneficia exportadores, importadores e consumidores australianos ao abrir mercados e facilitar o comércio e os investimentos entre dois países.

Valor das exportações da Austrália para a Malásia (2021)	US\$ 4,1 bilhões
Valor das importações da Austrália da Malásia (2021)	US\$ 10 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para a Malásia (2021)	US\$ 4,7 bilhões

*Fonte: Trademap.org*

### **Principais resultados e benefícios para os exportadores australianos**

- Leite - um acordo de licenciamento liberalizado para exportadores de leite líquido, permitindo acesso a produtos de varejo de maior valor;
- Automóveis - eliminação de todas as tarifas sobre carros grandes e praticamente todas as tarifas sobre peças automotivas importadas pela Malásia desde o primeiro dia. Todas as tarifas sobre carros pequenos foram desgravadas em 2016. Desde o primeiro dia, a Malásia isentou os carros australianos de seu limite global de importações;
- Alimentos processados, plásticos, químicos e uma gama de produtos manufaturados – eliminação de praticamente todas as tarifas;
- Vinho - uma garantia de que os exportadores australianos receberão o melhor tratamento tarifário que a Malásia poderia dar a qualquer país;
- Ferro e aço - eliminação de tarifas de 96,4 a 100% sobre ferro e aço importados entre 2016 e 2020; e
- Arroz - procedimentos de importação serão facilitados a partir de 2023, quando também se iniciará desgravação tarifária, a ser concluída em 2026.

Texto completo, ficha técnica e compromissos tarifários:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/mafta/Pages/malaysia-australia-fta#full-text>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/mafta/Pages/mafta-outcomes-at-a-glance>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/mafta/Pages/mafta-factsheet-trade-in-goods>

## **8. Coreia-Austrália (KAFTA) - 2014**

O Acordo de Livre Comércio Coréia-Austrália (KAFTA) entrou em vigor em 12 de dezembro de 2014. É um tratado abrangente, que está liberalizando substancialmente o comércio entre dois países. O KAFTA está proporcionando às empresas australianas um acesso significativamente melhorado a este importante mercado. A Coréia é o quarto maior parceiro comercial da Austrália e uma fonte crescente de investimento estrangeiros.

Valor das exportações da Austrália para a Coreia (2021)	US\$ 21,9 bilhões
Valor das importações da Austrália da Coreia (2021)	US\$ 9 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para a Coreia (2021)	US\$ 5,6 bilhões

*Fonte: Trademap.org*

### **Principais resultados para as exportações agrícolas australianas**

A Coreia eliminou as tarifas de importação para açúcar bruto, trigo, vinho engarrafado e alguns produtos hortifrutigranjeiros. Tarifas de até 550% sobre a maioria dos outros produtos agrícolas serão eliminadas em curtos prazos. Outros resultados importantes na agricultura incluem:

- Carne bovina: a Coreia está eliminando progressivamente sua tarifa de 40% sobre carne bovina até 1º de janeiro de 2028;
- Laticínios: a Austrália recebeu cotas isentas de impostos para queijo, manteiga e leite infantil instantâneo; outras tarifas elevadas serão eliminadas em muitos outros produtos lácteos até 1º de janeiro de 2033.

Texto completo, ficha técnica e compromissos tarifários:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/kafta/official-documents/Pages/full-text-of-kafta>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/kafta/fact-sheets/kafta-and-trade-in-goods>

## 9. Japão-Austrália (JAEPA) - 2015

O Acordo de Parceria Econômica Japão-Austrália (JAEPA) assinado em 8 de julho de 2014, em Canberra, entrou em vigor em 15 de janeiro de 2015. O acordo fornece acesso preferencial para os exportadores australianos e possibilita maior crescimento em investimentos bilaterais.

Valor das exportações da Austrália para o Japão (2021)	US\$ 29,8 bilhões
Valor das importações da Austrália do Japão (2021)	US\$ 15,2 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para o Japão (2021)	US\$ 5,5 bilhões

Fonte: Trademap.org

### Principais resultados para as exportações agrícolas australianas

Com a entrada em vigor em janeiro de 2015, o Japão eliminou tarifas para vinho a granel, açúcar bruto de alta polaridade (padrão internacional), concentrados de proteína de leite, lactose e caseína, trigo e cevada para ração animal, algumas horticulturas (incluindo aspargos, macadâmia, amêndoas, e manga) e alguns frutos do mar (lagostas, camarões, ostras, caranguejos e abalones). As tarifas sobre a maioria das outras exportações agrícolas serão eliminadas em curtos períodos. Outros resultados importantes incluem:

- Carne bovina: rápidas reduções tarifárias para a maior exportação agrícola da Austrália para o Japão, proporcionando uma vantagem competitiva significativa sobre o principal concorrente, os Estados Unidos
- Vinho: eliminação da tarifa de 15% sobre o vinho engarrafado até 1 de abril de 2021 e eliminação imediata da tarifa do vinho a granel
- Laticínios: cotas isentas de impostos para queijo australiano e novas oportunidades para sorvete e iogurte congelado
- Frutos do mar: a tarifa sobre as maiores exportações de frutos do mar da Austrália, atum e salmão do Atlântico, será eliminada até 1º de abril de 2024.

Acordo Japão-Austrália (JAEPA) Texto completo, ficha técnica e compromissos tarifários:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/jaepa/full-text/Pages/summary-of-jaepa-chapters-and-annexes>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/jaepa/fact-sheets/Pages/jaepa-fact-sheet-agriculture-and-processed-food>

## **10. China-Austrália (ChaFTA) - 2015**

O Acordo de Livre Comércio China-Austrália (ChaFTA), que entrou em vigor em 20 de dezembro de 2015, abriu caminho para a próxima fase do relacionamento econômico da Austrália com a China. O acordo abre oportunidades significativas para a Austrália na China, que é uma fonte crescente de investimento estrangeiro e o maior mercado de exportação da Austrália para bens e serviços, respondendo por quase um terço do total de exportações.

Desde 2020, devido à tensão política entre os dois países, o comércio de algumas commodities foi dificultado. Carvão, açúcar, cevada, lagosta, vinho, cobre e madeira australianos foram os produtos mais afetados.

Valor das exportações da Austrália para a China (2021)	US\$ 115,5 bilhões
Valor das importações da Austrália da China (2021)	US\$ 67,9 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para a China (2021)	US\$ 87,9 bilhões

*Fonte: Trademap.org*

### **Principais resultados para as exportações agrícolas australianas**

A China compra mais produtos agrícolas da Austrália do que qualquer outro país. Em 2017, esse mercado representava cerca de US\$ 13 bilhões para o agronegócio australiano. Na agricultura, o ChaFTA eliminou as tarifas restantes sobre a cevada e o sorgo australianos em 20 de dezembro de 2015. Está prevista também uma redução de tarifas em outras exportações agrícolas, incluindo frutos do mar, carne ovina e uma variedade de hortifrutigranjeiros. Outros benefícios significativos incluem:

- Laticínios: tarifas de até 20% estão sendo eliminadas até 1º de janeiro de 2026
- Carne bovina: tarifas de 12 a 25% estão sendo eliminadas até 1º de janeiro de 2024
- Vinho: tarifas de 14 a 20% eliminadas até 1 de janeiro de 2019
- Lã: uma nova cota isenta de impostos somente para a Austrália começou a vigorar em 1º de janeiro de 2016, além de acesso contínuo à cota de lã da China na OMC

Texto completo, ficha técnica e compromissos tarifários:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/chafta/fact-sheets/Pages/chafta-fact-sheet-agriculture-and-processed-food>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/chafta/official-documents/Pages/official-documents>

## **11. Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpácífica (CPTPP) - 2018**

Depois de os Estados Unidos se retirarem da Parceria Transpácífica (TPP) original em janeiro de 2017, os 11 signatários restantes, conhecidos como TPP-11, desenvolveram com sucesso um novo acordo comercial sem os EUA, com o nome de Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpácífica (CPTPP, no original).

É um acordo de livre comércio entre Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Peru, Nova Zelândia, Singapura e Vietnã assinado pelos 11 países em 8 de março de 2018 em Santiago, Chile, que entrou em vigor em 30 de dezembro de 2018. Os membros do CPTPP cobrem 13,5% da economia global, tornando este um dos maiores acordos de livre comércio do mundo.

A maioria das disposições do CPTPP são semelhantes ou idênticas ao acordo original. No entanto, 22 disposições do TPP que eram apoiadas pelos EUA, mas contestadas por outros signatários, foram suspensas no CPTPP. Uma das principais diferenças no CPTPP é a remoção de certas disposições relativas à propriedade intelectual.

### **Benefícios para exportadores australianos de produtos agrícolas**

O Acordo elimina mais de 98% das tarifas na área de livre comércio. Os destaques incluem:

- Reduções nas tarifas do Japão sobre a carne bovina (exportações australianas correspondiam a US\$ 2,0 bilhões em 2017);
- Acesso para produtos lácteos no Japão, Canadá e México, incluindo a eliminação de uma série de tarifas de queijo no Japão, cobrindo mais de US\$ 100 milhões em comércio;
- Novo acesso de açúcar aos mercados japonês, canadense e mexicano;
- Reduções tarifárias e novo acesso para os exportadores australianos de cereais e grãos ao Japão, incluindo, pela primeira vez em 20 anos, acesso para produtos de arroz no Japão;
- Eliminação de todas as tarifas sobre carne ovina, algodão e lã;
- Eliminação de tarifas sobre frutos do mar, horticultura e vinho; e
- Eliminação de todas as tarifas sobre produtos industriais (bens manufaturados).

Texto completo e documentos associados:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/cptpp/official-documents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/cptpp/outcomes-documents/Pages/cptpp-goods>

<https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/tpp-11-background-document-top-ten-agricultural-exports.pdf>

## **12. Austrália-Hong Kong (A-HKFTA) e Acordo de Investimento associado (IA) - 2020**

O Acordo de Livre Comércio entre a Austrália e Hong Kong, China (A-HKFTA) e o Acordo de Investimento (IA) entre o Governo da Austrália e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China (Acordo de Investimento) foi assinado em 26 março de 2019, em Sydney, e entrou em vigor em 17 de janeiro de 2020.

O Acordo de Livre Comércio Austrália-Hong Kong (A-HKFTA) assegura definitivamente o acesso isento de impostos por parte da Austrália, dando aos exportadores australianos a certeza de que Hong Kong continuará a fornecer entrada livre de tarifas no futuro.

Entre os 10 principais bens de exportação, incluem-se produtos do agronegócio da Austrália como frutas e nozes, carne, bebidas alcoólicas e crustáceos.

Valor das exportações da Austrália para Hong Kong (2021)	US\$ 7,1 bilhões
Valor das importações da Austrália de Hong Kong (2021)	US\$ 642 milhões
Valor das Exportações do Brasil para Hong Kong (2021)	US\$ 2 bilhões

*Fonte: Trademap.org*

### **Benefícios para exportadores australianos de mercadorias**

A-HKFTA fornece:

- Eliminação recíproca de tarifas de importação, garantindo aos exportadores australianos a entrada de produtos livres de impostos em Hong Kong.
- Requisitos de rotulagem de vinhos simplificados, com o compromisso de melhorar a transparência dos regulamentos; e
- Um mecanismo para melhorar a colaboração entre os reguladores e, também, para facilitar a resolução rápida de um eventual problema de retenção de bens perecíveis na fronteira.

Texto completo e cronograma de tarifas:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/a-hkfta/a-hkfta-text/Pages/default>

### **13. Peru-Austrália (PAFTA) - 2020**

O Acordo de Livre Comércio Peru-Austrália (PAFTA) é um acordo de livre comércio abrangente que abre novos mercados para os exportadores australianos. O Acordo de Livre Comércio Peru-Austrália (PAFTA) entrou em vigor em 11 de fevereiro de 2020.

O Acordo tem eliminado tarifas e acesso preferencial por meio de novas cotas e reduções tarifárias para as exportações agrícolas australianas, o que permitiria o crescimento dessas.

Valor das exportações da Austrália para o Peru (2021)	US\$ 94,2 milhões
Valor das importações da Austrália do Peru (2021)	US\$ 161 milhões
Valor das Exportações do Brasil para o Peru (2021)	US\$ 3 bilhões

Fonte: Trademap.org

#### **Principais resultados para as exportações agrícolas australianas**

As principais exportações agrícolas beneficiadas pelo acordo são açúcar, laticínios, arroz, sorgo, cortes bovinos, carne ovina, carne suína, carne de canguru, horticultura, frutos do mar, amêndoas, vinho e trigo.

Texto completo, tabela de tarifas e folheto:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/pafta/full-text/Pages/fta-text-and-associated-documents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/not-yet-in-force/pafta/pafta-outcomes/Pages/pafta-outcomes-goods-market-access>

<https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/pafta-brochure.pdf>

### **14. Acordo de Parceria Econômica Abrangente Indonésia-Austrália (IA-CEPA) - 2020**

Sendo uma das economias que mais crescem na região Indo-Pacífica, a Indonésia representa uma oportunidade significativa para as empresas australianas. O Acordo de Parceria Econômica Abrangente Indonésia-Austrália (IA-CEPA) entrou em vigor em 5 de julho de 2020.

Os principais benefícios incluem:

- Abordagem dos impedimentos ao comércio bilateral, incluindo barreiras tarifárias e não tarifárias.
- Acesso aprimorado aos mercados de serviços de cada um e abordagem de impedimentos existentes, para aumentar o investimento australiano na Indonésia e o investimento indonésio na Austrália.
- A cooperação econômica sob o IA-CEPA ajudará na implementação do acordo, apoiará a facilitação do comércio e fornecerá um caminho para a futura liberalização.

Valor das exportações da Austrália para a Indonésia (2021)	US\$ 6,7 bilhões
Valor das importações da Austrália da Indonésia (2021)	US\$ 3,5 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para a Indonésia (2021)	US\$ 2,0 bilhões

Fonte: Trademap.org

### **Principais resultados para as exportações agrícolas australianas**

Mais de 99% do valor das exportações de mercadorias australianas para a Indonésia entraram no país com isenção de impostos ou sob regimes preferenciais significativamente melhorados em 2020 (em comparação com 85% sob AANZFTA). A Indonésia emitirá licenças de importação automaticamente e sem sazonalidade para produtos-chave, como gado vivo, carne bovina congelada, carne ovina, grãos para ração, bobinas de aço laminado, produtos cítricos, cenouras e batatas.

Texto completo, tabela de tarifas e documentos relacionados:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/iacepa/iacepa-text/Pages/default>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/not-yet-in-force/iacepa/Pages/ia-cepa-key-outcomes-for-australia>

### **15. Acordo do Pacífico sobre as Relações Econômicas Aproximadas (PACER) Plus - 2020**

O Acordo do Pacífico sobre Relações Econômicas Mais Aproximadas Plus (PACER Plus) é um acordo de livre comércio centrado no desenvolvimento. O PACER Plus entrou em vigor em 13 de dezembro de 2020 tendo como partes: Austrália, Nova Zelândia, Samoa, Tuvalu, Kiribati, Tonga, Ilhas Salomão, Niue e Ilhas Cook. Nauru e Vanuatu assinaram o acordo, mas não ratificaram.

O PACER Plus abrange o comércio de mercadorias (regras de origem e procedimentos de verificação, procedimentos alfandegários, medidas de biossegurança e normas e conformidade), comércio de serviços, investimento, movimento temporário de pessoas físicas, desenvolvimento e cooperação econômica, arranjos institucionais, transparência e consulta e solução de controvérsias.

### **Principais resultados para as exportações agrícolas australianas**

Os exportadores australianos podem esperar reduções antecipadas ou acesso garantido com isenção de impostos a partir da data em que o Acordo entrou em vigor para produtos importantes, incluindo:

- Nas Ilhas Cook: vinho,
- In Niue: sucos de frutas
- Em Samoa: laticínios, miudezas,
- Em Tonga: carne de ovelha, carne de aves, produtos químicos agrícolas, pesticidas, carne de bovino, indústria de doces e vinho.

PACER Plus texto completo, tabela de tarifas e documentos com resultados:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/pacer/documents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/pacer/fact-sheets/trade-in-goods>

<https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/pacer-at-glance-update-2021.pdf>

## **16. Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP) - 2022**

O RCEP é um acordo de livre comércio moderno e abrangente que trata de comércio de bens, comércio de serviços, investimento, cooperação econômica e técnica, além de criar novas regras para comércio eletrônico, propriedade intelectual, compras governamentais, concorrência e pequenas e médias empresas.

Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022 para dez países: Austrália, Nova Zelândia, Brunei Darussalam, Camboja, China, Japão, Laos, Singapura, Tailândia e Vietnã, com a Austrália como parte original. O RCEP entrou em vigor para a República da Coreia em 1 de fevereiro de 2022 e para a Malásia em 18 de março de 2022.

### **Principais resultados para as exportações australianas**

- O RCEP cria um conjunto único de regras e procedimentos para acesso a tarifas preferenciais em toda a região;
- Sob o RCEP, 89% das exportações australianas atuais para a região se beneficiará do acesso imediato com isenção de impostos;
- As regras de origem da RCEP serão modernas e liberais;
- As regras regionais de origem da RCEP apoiarão o acesso australiano às cadeias de valor regionais;
- O RCEP reduzirá os encargos para conformidade com as regras de origem;
- RCEP promoverá procedimentos alfandegários modernos e acordos de facilitação do comércio; e
- O RCEP fornecerá vias adicionais para superar barreiras não tarifárias.

Documentos com resultados do RCEP:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/rcep/rcep-outcomes-documents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/rcep/resources>

## **B. ACORDOS ASSINADOS, PORÉM, AINDA NÃO EM VIGOR**

### **17. Acordo de Cooperação Econômica e Comércio Austrália-Índia (AI-ECTA)**

O Acordo de Cooperação e Comércio Econômico Austrália-Índia (AI-ECTA) (assinado em 2 de abril de 2022) é um acordo de parceria que visa impulsionar o comércio e o investimento bilateral entre estes dois países da região Indo-Pacífica. O acordo aguarda aprovação dos respectivos parlamentos, mas espera-se pouca oposição à ratificação em ambos os países.

Valor das exportações da Austrália para a Índia (2021)	US\$ 12,8 bilhões
Valor das importações da Austrália da Índia (2021)	US\$ 5,9 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para a Índia (2021)	US\$ 4,8 bilhões

Fonte: Trademap.org

### **Principais benefícios potenciais para os produtores agrícolas australianos**

As principais commodities australianas beneficiadas pelo Acordo de Cooperação e Comércio Econômico Austrália-Índia (AI-ECTA) são vinho, algodão, carne de ovelha, lã, leguminosas (lentilha), feijão (largo, rim, azuki, fava, soja), castanhas, nozes e afins (pistácios

com casca, macadâmias, amêndoas, caju com casca), frutas e horticultura (cebolas, abacates, cerejas, mirtilos, framboesas, amoras e groselhas, laranjas, tangerinas, pêras, damascos, morangos), frutos do mar, cevada e aveia, couros e peles, produtos de madeira e papel.

Texto oficial e documentos:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/aifta/australia-india-ecta-outcomes>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/aifta/australia-india-ecta-official-text>

### **18. Acordo de Livre Comércio Austrália-Reino Unido (A-UKFTA)**

O Acordo de Livre Comércio Austrália-Reino Unido (ALC AU-UK) foi assinado virtualmente em 17 de dezembro de 2021. Assim que os termos do acordo forem ajustados internamente, a Austrália e o Reino Unido emitirão notas diplomáticas sobre a conclusão desta etapa e o acordo entrará em vigor 30 dias depois (ou outra data mutuamente acordada).

O ALC aborda importantes áreas, como a eliminação de tarifas em 99% dos produtos para a Austrália, mobilidade, oportunidades aprimoradas para australianos trabalharem no Reino Unido, liberalização de serviços e investimentos, serviços profissionais, proteção ao investidor, quebra de barreiras ao comércio digital, compras governamentais, questões ambientais, disposições para pequenas e médias empresas (PME), igualdade de gênero, interesses indígenas e inovação.

Valor das exportações da Austrália para o Reino Unido (2021)	US\$ 3,4 bilhões
Valor das importações da Austrália do Reino Unido (2021)	US\$ 5,3 bilhões
Valor das Exportações do Brasil para o Reino Unido (2021)	US\$ 3 bilhões

*Fonte: Trademap.org*

### **Principais resultados potenciais para as exportações agrícolas australianas**

As principais commodities do agronegócio australiano a serem beneficiadas (eliminação imediata de tarifas ou acesso imediato à cota transitória isenta de impostos) sob o acordo são: carne bovina, carneiro, laticínios, arroz, açúcar, vinho, trigo, cevada e outros cereais, frutas e legumes, frutos do mar, mel e alimentos processados.

Texto oficial e documentos:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/not-yet-in-force/aukfta/official-text>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/not-yet-in-force/aukfta/ukfta-outcomes-documents>

## **19. Parceria Transpacífica (TPP)**

O TPP foi um acordo comercial maciço entre doze países da Orla do Pacífico (Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã), incluindo os Estados Unidos, que juntos compreendiam 40% da economia mundial. No entanto, os EUA se retiraram do acordo em 2017. Os outros onze países do TPP avançaram com um acordo ligeiramente modificado (CPTPP) e deixaram a porta aberta para a reintegração dos Estados Unidos.

O Acordo possui 30 capítulos que abrangem comércio e questões relacionadas, começando com o comércio de mercadorias e passando por questões alfandegárias e facilitação do comércio; medidas sanitárias e fitossanitárias; barreiras técnicas ao comércio; defesa comercial; investimento; serviços; comércio eletrônico; compras governamentais; propriedade intelectual; trabalho; meio ambiente; capítulos 'horizontais' destinados a garantir que o TPP cumpra seu potencial de desenvolvimento, competitividade e inclusão; solução de controvérsias, exceções e disposições institucionais.

### **Principais resultados para as exportações agrícolas australianas**

A Austrália exportou cerca de US\$ 16 bilhões em produtos agrícolas para os países TPP em 2015/16, representando cerca de 34% do total das exportações australianas nessa categoria. Ao entrar em vigor o TPP eliminará tarifas sobre mais de US\$ 4,3 bilhões das exportações tributáveis de produtos agrícolas da Austrália para os países membros do acordo. Outros US\$ 2,1 bilhões das exportações tributáveis da Austrália receberão significativo acesso preferencial, por meio de novas cotas e reduções tarifárias.

Texto e resultados e documentos de referência:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/not-yet-in-force/tpp/Pages/tpp-text-and-associated-documents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/not-yet-in-force/tpp/2016-tpp-outcomes-and-background-documents>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/not-yet-in-force/tpp/Pages/summary-of-the-tpp-agreement>

## C. ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO

### 20. Acordo de Livre Comércio Austrália-União Europeia

A Austrália está negociando com a UE um ALC com o objetivo de abrir o mercado europeu para bens e serviços australianos. As negociações para um TCL UE-Austrália começaram em julho de 2018. O progresso das negociações tem sido atrasado desde o final de 2021 devido a razões políticas.

Para iniciar uma nova rodada de negociações, funcionários do Departamento de Comércio da Austrália estão se preparando para receber uma delegação de parlamentares europeus em outubro de 2022; o ministro do Comércio da Austrália retribuiria uma visita a Genebra em junho de 2023. A Austrália tem esperanças de estabelecer um acordo final antes de meados do próximo ano.

#### Principais resultados para as exportações agrícolas australianas

Uma série de exportações agrícolas australianas para a UE, incluindo carne bovina, carne ovina, açúcar, queijo e arroz, são atualmente restringidas pelas cotas tarifárias da UE. Por isso a Austrália está buscando ampliar o acesso a esses produtos, em especial para as proteínas animais, e para exportações de manufatura e serviços.

O principal gargalo para concluir a negociação de um ALC para a Austrália seria a demanda da UE sobre proteção de Indicações Geográficas (IG), que é consistente com sua abordagem em relação a parceiros de outros acordos celebrados por ela. Como parte do ALC, a UE pediu à Austrália que concordasse em proteger 236 nomes de bebidas destiladas e 172 nomes de produtos agrícolas e outros alimentos como IG.

Fichas informativas e documentos detalhados:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/aeufta/australia-european-union-fta-fact-sheet>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/aeufta/summary-of-negotiating-aims-and-approach>

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/aeufta/geographical-indications/list-of-eu-requested-geographic-indications-gis>

## **21. ALC do Conselho de Cooperação Austrália-Golfo (GCC)**

A Austrália e os países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC; Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos) compartilham uma relação econômica significativa, abrangendo comércio e investimento em uma ampla gama de bens e serviços.

O GCC é um importante mercado já estabelecido para uma série de exportações australianas, incluindo produtos agrícolas como animais vivos, carne, laticínios, vegetais, açúcar, trigo e outros grãos, bem como exportações automotivas e de recursos. A maior parte do comércio de mercadorias da Austrália com o Oriente Médio é com o GCC, respondendo por US\$ 11,8 bilhões de fluxo de comércio de mercadorias em 2021. Atualmente, o GCC está conduzindo processo de consulta aos stakeholders.

Atualizações do acordo:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/agcfta/australia-gulf-cooperation-council-gcc-fta>

## **22. Acordo de Parceria Econômica Abrangente Austrália-EAU**

A Austrália e os Emirados Árabes Unidos iniciaram negociações sobre um Acordo de Livre Comércio em março de 2005, que foi incluído nas negociações sobre um ALC do Conselho de Cooperação Austrália-Golfo (GCC). As negociações com o GCC começaram em julho de 2007, com a última rodada de negociações realizada em junho de 2009.

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) são o maior parceiro comercial e de investimento da Austrália no Oriente Médio. Com US\$ 6,8 bilhões em comércio bilateral em 2020 (mais de US\$ 10 bilhões pré-COVID), os Emirados Árabes Unidos são o 19º maior mercado global de exportação de bens e serviços da Austrália. Atualmente, as principais exportações da Austrália incluem óxido de alumínio, carne (bovina, ovina e ovina), peças e acessórios para veículos e equipamentos e peças de telecomunicações.

Está em andamento o processo de consulta a stakeholders no âmbito das partes interessadas.

Atualizações do acordo:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/australia-uae-comprehensive-economic-partnership-agreement>

### **23. Acordo de Livre Comércio da Aliança do Pacífico**

A Austrália e a Aliança do Pacífico iniciaram negociações para um Acordo de Livre Comércio (ALC) em 30 de junho. A Aliança do Pacífico é um bloco comercial regional composto por Chile, Colômbia, México e Peru, cujo PIB foi superior a US\$ 1,8 trilhão em 2015-16.

Um ALC com a Aliança do Pacífico concederia às empresas australianas acesso às oportunidades desse mercado em crescimento. Também fortaleceria o relacionamento econômico com a América Latina e proporcionaria uma oportunidade para as empresas australianas diversificarem seus mercados de exportação.

Encontra-se em andamento a Etapa de Submissões por Escrito sobre potenciais oportunidades e impactos do acordo.

Atualizações sobre o ALC:

<https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/pacificalliancefta/Pages/pacific-alliance-free-trade-agreement>

<https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/pacific-alliance-fta-fact-sheet.pdf>

#### **FONTES DE CONSULTA ÚTEIS SOBRE OS ALCs DA AUSTRÁLIA:**

<https://www.austrade.gov.au/australian/export/free-trade-agreements/seminars>

<https://www.austrade.gov.au/australian/export/free-trade-agreements>

<https://ftaportal.dfat.gov.au/>

<https://www.dfat.gov.au/about-us/publications/trade-investment/Pages/cie-report-on-australian-trade-liberalisation>

<https://www.dfat.gov.au/about-us/publications/trade-investment/Pages/free-trade-agreement-utilisation-study-pwc-report>

## 4. Referências bibliográficas

- Animal Welfare in Australia  
<https://www.awe.gov.au/agriculture-land/animal/welfare/animal-welfare-in-australia>
- Australian Certified Organic  
<https://aco.net.au/Pages/Operators/ACOSTandards.aspx>
- Australian Government Organisations Register  
<https://www.directory.gov.au/reports/australian-government-organisations-register>
- Australian Government Organisations Register - Types of Bodies  
[https://www.directory.gov.au/sites/default/files/types\\_of\\_bodies\\_2018-07-20\\_0.pdf](https://www.directory.gov.au/sites/default/files/types_of_bodies_2018-07-20_0.pdf)
- Australian export and import laws  
<https://www.austrade.gov.au/international/invest/guide-to-investing/running-a-business/understanding-australian-business-regulation/australian-export-and-import-laws>
- Agricultural law in Australia: overview  
[https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/1-608-5865?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true](https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/1-608-5865?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&firstPage=true)
- Australia and New Zealand joint food regulation system  
<https://foodregulation.gov.au/internet/fr/publishing.nsf/Content/system-overview-1>
- BRAZIL Business Conditions Snapshot  
<https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/brazil-market-insights-2021.pdf>
- DAWE responsibilities and Legislation  
<https://www.awe.gov.au/about/what-we-do/legislation>
- Geographical indications  
<https://www.ipaustralia.gov.au/trade-marks/understanding-trade-marks/types-trade-marks/certification-trade-mark/geographical>
- Geographical indications - Wine Australia  
<https://www.wineaustralia.com/labelling/register-of-protected-gis-and-other-terms/geographical-indications>
- Geographical indications and the Australia-EU Free Trade Agreement  
[https://www.aph.gov.au/About\\_Parliament/Parliamentary\\_Departments/Parliamentary\\_Library/pubs/rp/rp2122/AustraliaEUFreeTradeAgreement](https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/rp/rp2122/AustraliaEUFreeTradeAgreement)

- How we regulate genetically modified organisms (GMOs)  
<https://www.ogtr.gov.au/about-ogtr/how-we-regulate-genetically-modified-organisms-gmos>
- Infosheet 20 - The Australian system of government  
[https://www.aph.gov.au/About Parliament/House of Representatives/Powers practice and procedure/00 - Infosheets/Infosheet 20 - The Australian system of government](https://www.aph.gov.au/About%20Parliament/House%20of%20Representatives/Powers%20practice%20and%20procedure/00%20-%20Infosheets/Infosheet%20-%20The%20Australian%20system%20of%20government)
- Imported food legislation  
<https://www.awe.gov.au/biosecurity-trade/import/goods/food/legislation>
- Importing plants and plant products  
<https://www.awe.gov.au/biosecurity-trade/import/goods/plant-products>
- Imported Food Control Order 2019  
<https://www.legislation.gov.au/Series/F2019L01233>
- Market Insights  
<https://www.dfat.gov.au/trade/engage/economic-diplomacy/market-insights>
- NSW lifts ban on genetically modified crops  
<https://www.corrs.com.au/insights/nsw-lifts-ban-on-genetically-modified-crops#:~:text=For%20the%20last%2018%20years,catalysing%20a%20new%20agricultural%20era>
- Organic claims  
<https://www.accc.gov.au/consumers/groceries/organic-claims>
- Organic certification  
<https://www.terramadre.com.au/information-centre/difference-between-organic-australian-certified-organic>
- Organisational chart May 2022  
[https://www.awe.gov.au/sites/default/files/documents/dawe-org-chart-may-2022\\_2.pdf](https://www.awe.gov.au/sites/default/files/documents/dawe-org-chart-may-2022_2.pdf)
- PGPA Act Flipchart and List  
<https://www.finance.gov.au/government/managing-commonwealth-resources/structure-australian-government-public-sector/pgpa-act-flipchart-and-list>
- Plant-based protein foods  
<https://www.csiro.au/en/research/production/food/plant-based-protein-foods>
- Register of Protected GIs and Other Terms  
<https://www.wineaustralia.com/labelling/register-of-protected-gis-and-other-terms>

- Responsibilities and legislation  
<https://www.awe.gov.au/about/what-we-do/legislation>
- Tariff Classification  
<https://www.abf.gov.au/importing-exporting-and-manufacturing/tariff-classification>
- Review of plant, animal and biological import conditions  
<https://www.awe.gov.au/biosecurity-trade/import/online-services/bicon/review-import-conditions>
- Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Austrália>. Acesso em julho/2022.